

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Ano 51 - Série VII - N.º 472
20 de Janeiro de 1983

Preço: 20\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e Impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

ELEIÇÕES

A SAÍDA DEMOCRÁTICA QUE O POVO RECLAMA

editorial

Um novo governo «AD» prolongaria a usurpação do poder, daria, embora temporariamente, novo impulso à política de destruição e de desastre que conduziu à gravíssima situação em que se encontra

A formação de um novo governo «AD» abalaria o regime democrático e abalaria também a própria funcionalidade e prestígio de um órgão de soberania - o Presidente da República - que a situação política tem chamado a representar um importante papel na defesa e estabilização do regime democrático

As eleições antecipadas tornam-se uma necessidade tão premente e tão inevitável que embora não estejam já decididas, devemos inscrevê-las desde já entre as grandes tarefas do nosso Partido, das outras forças democráticas, do povo português

Passagens do discurso de Álvaro Cunhal no comício do Pavilhão dos Desportos (14/1/83) que publicamos nas páginas centrais



O povo de Ourique festejou na noite do passado domingo a vitória da democracia

OURIQUE FUNDÃO

Duas vitórias da APU
duas derrotas da direita
que confirmam
a vontade de mudança
democrática
do povo português

Pág. 7/Suplemento

COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Proença sai derrotado da RTP
- Contra a mentira e a manipulação
- E depois queixam-se/**Talhe de Foice**
- A campanha da criminalidade/**Sintese de Imprensa**

Suplemento



O Pavilhão dos Desportos de Lisboa encheu-se na passada sexta-feira para o comício do PCP em que falaram os camaradas Álvaro Cunhal, Maria Rosa Rabais e Carlos Carvalhas - Reportagem e discursos nas páginas centrais

SEMANA

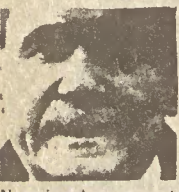
12
Quarta-feira



DOS JORNALISTAS O CICLO DE CONFERÊNCIAS

A Comissão Política do PSD e a Comissão Directiva do CDS reúnem em mais uma tentativa desesperada para vencerem os graves entendimentos quanto ao eventual governo de Vítor Crespo ■ Os membros do conselho geral dos Bancários do Sul exigem a demissão da direcção do respectivo sindicato caso esta se mostre incapaz de liderar o processo reivindicativo do aumento salarial geral e uniforme para repor o poder de compra perdido ■ O Banco de Portugal revela que o défice da balança de transacções correntes se agravou 31% nos primeiros nove meses de 1982, em relação a igual período de 1981 ■ A Comissão Organizadora do Congresso dos Jornalistas anuncia a participação de 700 presenças, já confirmadas, na iniciativa ■ Angola e China estabelecem relações diplomáticas a nível de embaixada ■ Acusada de espionagem, é expulsa da Polónia a correspondente da UPI, Ruth Gruber ■ Demite-se mais um membro da administração Reagan, o quarto em pouco tempo; desta vez foi o secretário da Saúde, Richard Schweiker.

13
Quinta-feira



Os partidos da moribunda AD dão ao País a sua verdadeira imagem, numa guerra de comunicados e declarações que são uma verdadeira vergonha nacional. Em causa estão os nomes de quem deverá integrar a proposta de governo Crespo em que nenhuma figura de destaque da direita quer entrar ■ O PS alia-se com a AD na Assembleia Municipal de Lisboa para afastar a APU, segunda força mais votada, da respectiva mesa ■ O governo demitido do Balsemão prossegue os ataques à Reforma Agrária procedendo à entrega maciça de terras a grandes agrários ■ É publicado no «Diário da República» o decreto de Nandim de Carvalho que proíbe o turismo popular em Portugal, ou seja, a quem não possua cinco contos para entrada e 500 escudos para cada dia de permanência ■ O presidente da Colúmbia afirma que o pedido de admissão do seu país no Movimento dos Não-Alinhados é «uma afirmação de soberania»; entretanto, em Manágua, a conferência daquele movimento denuncia chantagem e ingerência dos EUA na organização dos Não-Alinhados ■ Cerca de 80 mil pessoas manifestam-se em Génova contra plano de «austeridade» do governo italiano ■ A URSS está disposta a negociar equilíbrio nuclear baseado no número de ogivas, diz Hans Vogel, candidato social-democrata a chanceler da RFA.

14
Sexta-feira

Plenário da CGTP-IN afirma que um novo governo de direita serviria para intensificar a luta de massas ■ Toma posse o substituto de Proença de Carvalho na RTP, Macedo da Cunha ■ Delegações do PS e da ASDI reunidas em Lisboa exigem a dissolução da Assembleia da República ■ Cimeira da AD chega a acordo, dizem os responsáveis, quanto ao elenco da proposta de governo a apresentar ao Presidente da República ■ As conversações entre a delegação da CGT francesa e a CGTP-IN saíam-se por «identidade de pontos de vista» ■ A agência angolana ANGOP denuncia a existência de peritos militares israelitas no norte da Namíbia ocupada, onde vejam fanteioch da UNITA ■ São demitidos os responsáveis americanos pelas conversações com a URSS sobre controlo de armamentos.

15
Sábado

Após receber a proposta da AD sobre o governo Crespo, o Presidente da República anuncia a convocação para terça-feira de uma reunião do Conselho de Estado ■ António Capucho, do PSD, afirma que com ou sem governo já não haverá AD nas próximas eleições legislativas, antecipadas ou não ■ Congressistas norte-americanos reúnem com responsáveis moçambicanos para debater relações moçambicano-americanas e situação na África Austral ■ A primeira-ministra britânica Margaret Thatcher é apupada em Bristol ao entrar no edifício onde decorre o congresso dos sindicalistas conservadores ■ Numa resposta antecipada a uma das conclusões da cimeira dos Não-Alinhados, o governo britânico anuncia não quer negociar com a Argentina a soberania das Malvinas.

16
Domingo



A APU ganha a maioria absoluta na Câmara de Ourique e elege um vereador no Fundão, na sequência da repetição das eleições para aqueles órgãos autárquicos ■ Ramalho Eanes discursa no Porto, num almoço comemorativo da sua reeleição, mas não esclarece que atitude vai tomar face à crise política, embora tenha ouvido a reclamação popular «queremos eleições» ■ Termina o 2.º Congresso dos trabalhadores do litoral pelo caderno reivindicativo aprovado ■ A presidência da Organização Internacional dos Jornalistas reúne nos dias 27 e 29 do corrente em Luanda, anuncia a Angop ■ Andrei Gromiko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, chega a Bonn para debater segurança na Europa ■ A OPEP convoca reunião urgente dos sete países membros para debater situação do mercado do petróleo.

17
Segunda-feira

Ramalho Eanes recebe o ministro cessante das Finanças, João Salgueiro, e o governador do Banco de Portugal, Jacinto Nunes, para se inteirar da situação financeira do País antes de tomar qualquer decisão quanto à solução da crise política ■ O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes divulga um comunicado em que apela à participação na concentração de 5.ª-feira junto à AR, contra o aumento das rendas comerciais ■ Começa na Cidade da Praia o simpósio sobre Amílcar Cabral ■ Representantes dos países capitalistas mais industrializados reúnem em Paris para preparar a cimeira do grupo dirigente do Fundo Monetário Internacional.

18
Terça-feira

Convocado pelo PR, reúne-se em Belém o Conselho de Estado. A análise da situação política actual esteve em foco na reunião, que durou cinco horas ■ O PPD, o CDS e um deputado do PS eleito pelo círculo de Braga impedem na Assembleia da República a aprovação do projecto de lei quadro para a criação de novos municípios, o que origina os protestos dos vizelenses presentes nas galerias ■ Realiza-se a primeira reunião da Câmara Municipal de Lisboa, após as eleições de 12 de Dezembro ■ Os trabalhadores da Carris decidem marcar uma greve para a próxima terça-feira ■ A corrida aos armamentos nucleares é o problema-chave da situação internacional no momento presente — assinalou o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS numa conferência de imprensa em Bona, na RFA ■ Greves em Itália mobilizam milhares de trabalhadores contra a política económica antipopular.

Editorial

CADA DIA DA «AD» NO PODER MAIS UM DIA DE SOFRIMENTO PARA O POVO

A crise governativa, aberta à raiz da pesada derrota eleitoral da «AD» em 12 de Dezembro pela demissão de Balsemão do cargo de Primeiro-Ministro, que arrastou como se sabe a de todo o Governo, continua no centro das atenções do Povo Português.

É compreensível que a maneira como vai ser solucionada pelo Presidente da República preocupe em alto grau a generalidade dos portugueses.

Contudo, pese a sua importância relevante, a crise governativa não passa de uma manifestação de um fenómeno de muito maior projecção que se desenvolve em profundidade.

A crise do Governo é a parte mais visível de um volumoso «iceberg» que se chama crise política, económica, financeira e social, cujo processo se aproxima do ponto de ruptura.

Esta profunda crise atinge com dureza a existência diária dos portugueses, cada dia que passa produz novos agravamentos, ameaça numa escala crescente cuja amplitude é ainda difícil de prever as futuras gerações.

A medida que este nefasto processo se desdobra em facetas novas e surpreendentes o Povo português vai tomando consciência da verdadeira extensão do descalabro e da falência política da «AD», dos seus sucessivos governos, do seu decantado «projecto», da sua obra antinacional.

Libertar urgentemente o País de tal gente é hoje uma exigência da esmagadora maioria do Povo português que não sofre contestação séria.

A dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão idóneo e a convocação de eleições antecipadas no prazo constitucional de 90 dias aparece aos olhos dos cidadãos como passo necessário e imediato para enfrentar a crise e como solução constitucional inteiramente legítima.

A continuação do abcesso «AD» na administração do Estado infecta o organismo nacional, corroe as instituições, degrada o Poder.

O episódio de Vizela anteontem na Assembleia da República mostra como o extremo reacçãoarismo dos dois principais partidos da «AD» — o CDS e o PDS — está a ser um factor de desordem e descrédito do parlamento da República e da democracia portuguesa, como a injusta negação da vontade popular se assume até à provocação nas fileiras da «AD».

A maioria «AD» que votou mais uma vez contra a criação do Concelho de Vizela funcionou em obediência a interesses que não são os da pacificação das populações e da autonomia do Poder Local, mas de caciques bem instalados que tudo submetem nos seus pequenos reinos a objectivos mesquinhos de mandonismo político, de egoísmo económico, de compadrio.

Por outro lado os episódios de Ourique e Fundão mostram como a «AD» não somente comete a fraude e fomenta a corrupção como faz delas o sustentáculo das suas posições de poder a qualquer nível.

O monopólio político da «AD» é um escândalo resultante de um planeado assalto ao Poder. Assenta na imoralidade e na ilegitimidade — poderíamos dizer, na perversão do voto.

Pôr-lhe fim, dissolvendo a AR e convocando eleições antecipadas é um acto institucional que não pode mais protelar-se,

«actos estritamente necessários» ao prosseguimento pelos partidos da «AD» de uma política de vergonhoso controlo e instrumentalização da comunicação social estatalizada, designadamente da RTP, onde a gestão de Proença de Carvalho representou um continuado crime contra os princípios do pluralismo e da isenção, contra os direitos dos cidadãos, contra o regime democrático.

3. Com esta nomeações é por demais evidente que os partidos da «AD» e o seu demitido governo visam, por um lado, inculcar a ideia de que se irão manter no Poder, por outro, em caso de dissolução da Assembleia da República e formação de um governo de gestão, criar factos consumados e situações adquiridas na esperança de inibir ou dificultar as necessárias rectificações e anulações de decisões ilegítimas do governo demitido.

4. Por isso, importa salientar desde já que os gestores hoje empossados para o CG da RTP, ao aceitarem as nomeações, se colocaram eles

uma medida de higiene nacional indispensável à recuperação da crise e à moralização do regime.

Temos afirmado que a continuação da «AD» no Poder é uma corrida cada vez mais acelerada para o abismo, para a bancarrota económica e financeira.

A incúria e a irresponsabilidade do OGE nos prazos constitucionais com o objectivo de esconder ao Povo português nas vésperas das eleições autárquicas, a ruína gestão financeira do País decorrente da incompetência militar.

Aquilo que já então era encarado pela «AD» como forma de solucionar os compromissos financeiros do Estado — isto é, o recurso aos duodécimos com actualizações de acordo com a desvalorização da moeda — é agora usado pelos que querem perpetuar a «AD» no Governo, para pressionar a indigitação de Crespo para Primeiro-Ministro e a investidura da sua equipa de gente reconhecidamente falhada para gerir o País.

Cada dia que passa aumenta a Dívida Externa, novos empréstimos estão a ser negociados — até para pagar os juros das dívidas, que subiram em 1982 a 110 milhões de contos.

A queda do investimento produtivo em particular para as empresas públicas e nacionalizadas é uma constante, prevenido-se que para estas últimas baixe de 1%.

A operação «Chile» em que o Governo entalou Portugal por único móbil de solidariedade com o regime fascista de Pinochet, e que por insolência do Estado chileno provocará a perda de milhões de contos (numa cifra que o próprio Salgueiro não trouxe ainda ao conhecimento concreto do Povo português), é outra das ruinosas operações financeiras do Governo demissionário.

Para travar a corrida para abismo, para se iniciar a recuperação económica e o saneamento financeiro do País é imperioso dar a palavra ao povo, dissolver a AR marcar novas eleições.

No plano social multiplicam-se os despedimentos, os atrasos no pagamento de salários, a ofensiva contra o poder de compra dos trabalhadores.

Mais de 400 000 desempregados, muitas dezenas de milhares de outros parcialmente sem trabalho, recusas ao pagamento do 13.º mês, de promulgação do aumento do salário mínimo (prometido pela «AD» em Novembro durante a campanha eleitoral).

Os governantes «AD» criaram uma situação de bloqueamento das nossas pescas em águas estrangeiras, activam o desmantelamento da frota pesqueira, obrigam ao recurso à importação de peixe, que custou ao País no último ano 10 milhões de contos e de preços quase proibitivos para a maior parte dos portugueses.

Na zona da Reforma Agrária a destruição das UCPs sob a forma de leilões de terras continua em larga escala, aumentando o desemprego na zona do latifúndio (que o Governo, contra a Constituição e contra a legalidade, tem reconstituído numa larga medida).

Aos reformados, a falta de «quorum» deliberadamente provocada pela maioria «AD» na votação do pagamento do 13.º mês, como era proposta do PCP levou ao adiantamento de humana medida.

próprios como inevitáveis candidatos à imediata demissão, logo que o governo da «AD» deixe de exercer quaisquer funções e logo que seja empossado um governo de gestão isento e realmente empenhado em garantir a plena democracia de eleições legislativas antecipadas.

5. Os fundamentos básicos da vida democrática do País e designadamente a própria genuinidade da expressão da vontade popular através do sufrágio são radicalmente incompa-

tíveis com a manutenção na RTP de uma orientação aposta na desinformação, na mentira, na discriminação, na manipulação e no envenenamento da opinião pública.

No quadro de uma solução democrática para a crise e in-

Esta «AD» inimiga do povo trabalhador deve ser corrida do Poder. É preciso instaurar à frente do Estado uma nova equipa e uma nova política social que mereçam a confiança do povo e sobre as quais se possa pronunciar.

Só o recurso a novas eleições dissolvendo a AR e criando um governo de gestão idóneo abrirá o caminho para uma necessária viragem política em Portugal.

As lições de Ourique e do Fundão devem ser urgentemente colhidas pelas forças democráticas com vistas a uma necessária alternativa à «AD».

As eleições de níveis e objectivos diferentes nas duas autarquias permitem, contudo, tomá-las como barómetro das alterações no eleitorado que se produziram já depois da estrondosa derrota sofrida pela «AD» em 12 de Dezembro.

Os resultados que permitiram confirmar e reforçar a vitória da APU em Ourique e eleger um vereador da APU no Fundão são vitórias da unidade democrática, a comprovação prática da compreensão dos interesses e razões políticas superiores em jogo.

Ilustram além disso o realismo e a justeza das propostas da APU ao PS antes das autárquicas, que poderiam, só por simples acordo, retirar à «AD» mais de 40 câmaras (13 das quais para a APU e 29 para o PS) — o que, conhecidos hoje os resultados teria constituído uma derrota ainda mais profunda da «AD» em 12 de Dezembro.

Os resultados de Ourique e Fundão mostram que os democratas têm condições para obter novas e importantes vitórias se souberem convergir os seus esforços em novas eleições, se souberem entenderem-se sobre as questões fundamentais no momento actual.

A política de desastre nacional conduzida pela «AD» no Poder pode ser travada, uma alternativa democrática à «AD» é possível.

É na perspectiva da defesa da democracia e do 25 de Abril que a política de alianças dos democratas portugueses deve alicerçar-se, só ela pode galvanizar as melhores energias do povo e dar-lhe confiança para enfrentar e vencer as dificuldades, os sacrifícios e a crise; só ela permitirá mobilizar as vontades e os recursos do País na linha de interesses do povo e da Pátria.

Mas para que esse passo seja dado no caminho do entendimento, da convergência e da unidade de todos os democratas e de todos os trabalhadores uma primeira condição se impõe: a dissolução da AR e a convocação de eleições antecipadas.

Eleições que o poderoso movimento popular de massas fará pesar decisivamente para o lado das forças democráticas. Aqueles que de uma forma ou de outra — em particular os que estão investidos de competência institucional — se encontram agora colocados perante um dilema muito claro, a ele não poderão eximir-se: ou estão pela urgente dissolução da AR e a realização de eleições antecipadas — e terão compreendido o sentir do povo — ou deixam passar a desacreditada equipa reunida à volta de Vítor (Pereira) Crespo e ficam ligados a uma pesada responsabilidade histórica e ainda ao maior agravamento da situação que inevitavelmente resultaria da formação de um tal governo.

«Novos» gestores na RTP

No passado dia 14, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

1. A nomeação e posse de novos gestores da RTP (um «testa de ferro» de José Alfaia no vergonhoso processo de criação da «Notícias de Portugal» à custa dos dinheiros públicos, um assessor de imprensa de Pinto Balsemão e responsável antes do 25 de Abril por actos de censura na Rádio Renascença e um antigo secretário particular de Oliveira Salazar) constitui mais um episódio na farsa que o governo demitido e os partidos da desagregada «AD» continuam a representar sem um mínimo de dignidade, sentido das realidades, respeito pelo povo e pelas instituições e cautela com o ridículo.

2. Tendo em conta que a situação na comunicação social estatalizada é hoje uma relevante questão nacional, estas apressadas nomeações não podem de forma alguma ser considerados «actos estritamente necessários» à «gestão dos negócios públicos». Antes aparecem claramente como

Amílcar Cabral assassinado há dez anos

Na passagem do 10.º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral por agentes ao serviço do colonialismo e do fascismo, decorre na República de Cabo Verde um Seminário Internacional organizado pelo PAICV sobre a vida e a obra do grande patriota e revolucionário.

O PCP foi convidado a participar nesta iniciativa, encontrando-se representado pelo camarada Álvaro Mateus, colaborador do Comité Central.

Entretanto, no dia 28, realizou-se em Lisboa uma sessão comemorativa, de homenagem a Amílcar Cabral. Promovida pelas Associações de Amizade de Portugal com a Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, a sessão realiza-se em Lisboa, na Associação de Amizade Portugal-Angola, R. Portas de S.º António, 117, 2.º, às 21 horas.

(Ler na pág. 15 do Suplemento texto sobre Amílcar Cabral e breve antologia)

Reunião sobre armas nucleares

O movimento “Não às Armas Nucleares em Portugal” promove amanhã, sexta-feira, às 21 horas, nas instalações da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, na Rua da Palma, um Encontro de simpatizantes e activistas daquela organização.

Aberto a todos os interessados, este encontro tem como ordem de trabalhos a análise da situação nacional e internacional, designadamente as recentes negociações entre os governos português e norte-americano sobre a concessão de facilidades para a instalação de bases em Portugal.

Para além do balanço às actividades realizadas no ano de 82, e da discussão do plano de acção para o ano em curso, o Encontro, que contará com a presença do marechal Costa Gomes, deverá apreciar o lançamento de uma campanha pela desnuclearização militar na Península Ibérica.

18 de Janeiro de 1934 Jornada histórica que é necessário recordar

As comemorações do 49.º aniversário do «18 de Janeiro» terminaram anteontem, na Marinha Grande, após cinco dias de realizações públicas, promovidas, com empenho, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

Data histórica na luta da classe operária e do povo trabalhador do nosso país, o 18 de Janeiro de 1934 foi uma corajosa afirmação dos trabalhadores contra a imposição do «Estatuto do Trabalho Nacional» já promulgado no ano anterior e que constituía parte integrante duma ofensiva salarista para aniquilar os direitos dos trabalhadores.

Em 1932, o direito à greve tinha já sido anulado. O governo fascista não ficou por aí... Apertava ainda mais o cerco a tudo o que

fosse direitos dos portugueses que viviam apenas do seu trabalho. O grande objectivo era limitar e controlar todas as possibilidades de movimentação, organização, reivindicação ou protesto na luta por justos direitos. Pelo direito ao pão, ao trabalho, à dignidade de cidadãos.

Por isso, a necessidade de imposição do «Estatuto do Trabalho Nacional» e de criação dos chamados «Sindicatos Nacionais», peças duma engrenagem repressiva dirigidas pelo regime, a favor do patronato e da opressão.

A firme recusa dos trabalhadores ao «Estatuto», a sua coragem e combatividade, a vontade de viver sem ditadura, estiveram na base do «18 de Janeiro».

Em vários pontos do País com forte concentração operária (Barreiro, Braga, Silves, Seixal, Coimbra, Almada, Lisboa, etc) e particularmente na Marinha Grande o movimento atingiu significativas proporções.

Na vila da Marinha Grande os operários vidreiros e a sua organização sindical estiveram à frente duma vasta movimentação revolucionária, que durante algumas horas libertou a vila. Depois, veio a repressão feroz. A ocupação militar da localidade. As prisões. As deportações. A angústia de muitas famílias de operários vidreiros.

Duma jornada histórica, ficaria a esperança e o exemplo dum combate que não seria esquecido em todo o País, com a resis-

serida no âmbito mais vasto de uma viragem democrática na vida nacional, é tarefa obrigatória e essencial o restabelecimento da legalidade constitucional na comunicação social do Estado, com particular presença na RTP.

tência dos antifascistas. Nas ruas. Nas fábricas. E também nas prisões.

As comemorações do 49.º aniversário do «18 de Janeiro», que decorreram com a colaboração da Câmara Municipal da Marinha Grande, incluíram actividades desportivas (com destaque para o futebol), iniciativas culturais (não faltou o teatro, a música e a dança) e momentos recreativos onde até o baile marcou presença.

De salientar as intervenções alusivas à efeméride e a comunicação sobre a actual situação política e sindical por um dirigente da CGTP-IN.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tragem do mês de Dezembro: 47 460

Assembleia da República

Vizela

«AD» vota contra

Vizela encheu o Parlamento. As galerias desde o início da sessão, mas as bancadas do CDS e do PSD apenas quando se aproximou a hora da votação.

De Vizela vieram, segundo constava, cerca de trinta camionetas com gente que ainda acreditava que o seu desejo — ver transformado em conchelo a sua terra — se iria concretizar.

Aguardaram a pé firme todo o debate — e quantos dos que assistiam não se terão interrogado se era necessário todo aquele arrazoado de declarações, por vezes herméticas, por vezes dúbias, por parte das bancadas da direita para decidir da constituição do conchelo de Vizela, que não oferece dúvidas à população local. E só quando a votação se realizou e consumada ficou a não realização do seu desejo, reagiram.

Cantando o Hino Nacional primeiro. Registrando-se algumas cenas de violência depois por parte de alguns vizelenses: mais exaltados. Um cinzeiro pesado visou a bancada do PS presumivelmente na intenção de atingir o único deputado socialista que votou contra — António Guimarães. Mas outros objectos atingiram as bancadas, nomeadamente um sapato e um isqueiro — este último provocando escoriações na cabeça de um funcionário da Assembleia da República.

Sem violência, os agentes da PSP presentes em número reforçado evacuaram as galerias, só então deixando os deputados do CDS e do PSD de serem insultados de tudo.

Reprovável esta atitude, pela falta de respeito que revela perante um dos principais órgãos de soberania, não deixa contudo de ser minimamente compreensível. Até agora a «AD» e os partidos que a integram têm andado a brincar com os sentimentos da população de Vizela.



Os protestos violentos explodiram nas galerias — perante os quais, aliás, a polícia reagiu com a maior serenidade. Quem pode ilibar o PSD e o CDS de continuarem a brincar com os sentimentos dos vizelenses?

Em primeiro lugar, o PPM — espécie de aprendiz de feiticeiro — sabendo de antemão que o seu projecto não iria ser aprovado, voltou a reacender as esperanças dos que querem o conchelo de Vizela. Depois o PPD e o CDS, nos momentos quentes deixando no vago a hipótese de virem a aprovar o projecto. Isto mesmo foi recordado pelo camarada Carlos Brito durante o debate e outro tanto pelo deputado da UEDS, Lopes Cardoso, que refrescou a memória do líder do PPD, Fernando Condoso, remetendo-o para as páginas do «Diário da Assembleia da República» onde estão impressas em letra de forma declarações de elementos do seu partido nesse sentido.

A violência que se gerou é pois reprovável. Mas, no fundo, quem é responsável pela violência? Os vizelenses que mais uma vez se sentiram ludibriados por os deputados dos partidos que mais uma vez enganaram a população daquela terra?

Na sua intervenção, o deputado comunista Veiga de Oliveira faria alusão à acção dos partidos da «AD» no respeitante a este projecto:

O procedimento de tais partidos foi, ao longo de todo o processo, vergonhoso. Vergonhoso quando recorreram a sucessivas interrupções para evitar pela primeira vez a votação do projecto. Vergonhoso ainda quando, meses depois, adiar novamente a votação pretextando a necessidade de elaboração de uma lei-quadro e assumindo o compromisso de a fazerem no prazo de 60 dias, há muitos meses ultrapassados.

Esgotado o prazo, calaram-se. Julgaram poder colher vantagens eleitorais que o caciquismo estabelecido anunciava e os baírrismos mais óbvios pareciam prenunciar.

Defendendo a criação do conchelo e sublinhando que não se invoque que é preciso uma lei-quadro que durante todos estes meses a «AD» não quis (ou não foi capaz de) fazer, Veiga de Oliveira manifestar-se-ia ainda contra os que defendem que as leis não devem ser votadas porque o povo as reclama nas ruas, pois este, sublinhou é o mesmo argumento daqueles que defendem que a justiça só é justa quando não é reclamada; daqueles para quem a justiça é um bem que alguns detêm e só distribuem quando e a quem entendem. É atitude daqueles que, deputados, não percebem que o poder democrático reside no povo, povo de quem são meros representantes, para corresponderem, servindo os interesses populares.

O projecto da elevação de Vizela a conchelo foi rejeitado por 113 votos do PPD, CDS e de um deputado socialista. Votaram a favor 102 deputados, do PCP, PS, UEDS, ASDI, UDP, PPM e ainda os deputados independentes Natália Correia e Sanches Osório.

O 18 Janeiro evocado na AR

Numa declaração política proferida pelo deputado da bancada comunista Joaquim Miranda, no período de antes da Ordem do Dia, da sessão de 18 de Janeiro, este orador fez a denúncia das ilegalidades que o Governo demitido continua a cometer na zona da Reforma Agrária.

No início da sua intervenção evocaria a jornada de luta de 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande, quando a classe operária daquela vila se levantou contra a ditadura fascista.

Aproveitou igualmente a sua intervenção para salientar o significado da vitória da APU nas eleições repetidas de Ourique. E acrescentaria: Mas o que se verifica quando se analisa o que se passa na zona da Reforma Agrária é que a «AD» derrotada e em debandada, quer completar apressadamente a sua obra inconstitucional e ilegal de liquidação da Reforma Agrária!

Alda Nogueira na AR:

A Paz é possível, a Paz é necessária

Na sessão plenária de 14 de Janeiro, a deputada comunista Alda Nogueira abordou um tema vital para as relações internacionais e o futuro do planeta onde coabitam ideologias diferentes. Começaria por afirmar:

A Paz e os esforços para a defender e para impedir um holocausto resultante de uma guerra nuclear são, cada vez mais, colocados como objectivos prioritários, inadiáveis e possíveis de alcançar pela luta dos povos e pelas organizações e forças que os apoiam, incitam e animam com acções dos mais variados tipos. Nestas acções participam camadas cada vez maiores e mais diferenciadas da população da Terra.

Referindo-se concretamente ao que se passa no mundo e à luta que os povos desenvolvem nesse sentido, Alda Nogueira dizia:

Toda a política abertamente desestabilizadora da situação mundial encontra cada vez mais oposição e resistência entre os povos de todo o mundo e entre o próprio povo norte-americano, que em 1982 realizou em Nova York a maior manifestação de sempre pela Paz e criou o Movimento Anti-Nuclear com 20 milhões de aderentes à partida. Três entre quatro cidadãos dos Estados Unidos pronunciaram-se em 1982 a favor de congelamento das armas nucleares.

Em Paris, Londres, Roma, Tóquio, Bona, Amsterdão e outros pontos e cidades do globo, milhares, milhões de homens, mulheres e jovens disseram «não» à política dos fomentadores de guerra. A Marcha da Paz de 1982 foi uma afirmação da vontade e determinação dos Povos oporem uma barreira à guerra nuclear e defenderem a Paz.

Também em Portugal, 1982 foi um ano de grandes acções e iniciativas em defesa da Paz, da criação do Movimento «Não às Armas Nucleares», da realização da Conferência Preparatória da «Assembleia Mundial dos

Povos pela Vida, contra a Guerra Nuclear», da reunião da Presidência do Conselho Mundial da Paz, em Outubro e Novembro, em Lisboa, da reunião dos Trabalhadores Científicos Contra as Armas Nucleares, de colóquios, sessões e concentrações contra a agressão de Israel ao Líbano, contra as agressões de África do Sul à República Popular de Angola, assim como da grande manifestação contra a guerra e as armas nucleares.

Continuando ainda a referir as iniciativas levadas a cabo no nosso país, Alda Nogueira citou:

Em Portugal assumem particular relevo as palavras de Paz proferidas por ocasião da mensagem de Ano Novo pelo Presidente da República ao formular votos para que 1983 «seja um ano de Paz e procura de entendimentos que nos permitam encontrar para as nossas dificuldades respostas eficazes construídas no diálogo, no rigor, na fraternidade e no trabalho».

Também as palavras do Cardeal Patriarca de Lisboa afirmando que «a Paz é possível» e que «o diálogo pela Paz é um desafio para o nosso tempo» se inserem no mesmo clima de incitamento à defesa da Paz, que caracterizou as comemorações do

Dia Internacional da Paz, deste ano».

Desta da vontade da paz do povo português e das mensagens de algumas das personalidades mais representativas da vida portuguesa toda a acção do Governo AD (agora demitido) no campo da política externa, de submissão ao imperialismo e aos seus planos bélicos.

As negociações Balsemão/Reagan, em fins de 1982, visaram não só a continuação da presença militar norte-americana numa parcela do território nacional. Com toda a gravidade que o facto comporta foram iniciadas então «negociações preliminares» para a futura instalação no Continente português de bases de apoio logístico à «força de intervenção rápida» norte-americana, com todos os perigos daí resultantes para a vida de todos os cidadãos portugueses.

Na ONU o Governo AD votou contra dois documentos tão importantes como o «Tratado que proíbe a bomba de neutrões» e a «Declaração condenando o primeiro país que usar a arma nuclear», ambos aprovados. Isto só para citar dois exemplos, duas atitudes do Governo AD em relação a iniciativas de âmbito internacional, neste caso da ONU, em defesa da Paz.

A terminar, Alda Nogueira fez um apelo:

Não vejo como cada um de nós não se sinta obrigado a ter uma opinião e a agir de acordo com ela relativamente a apelos pela Paz que têm sido publicados ultimamente, designadamente o Apelo de Moscovo, dirigido aos Parla-mentos de todo o Mundo.

O momento urge. Cabe aos deputados, cabe a cada um de nós assumir as suas responsabilidades.

Actualização do salário mínimo

PCP pretende repor a situação de legalidade

Coube ao deputado comunista Jerónimo de Sousa apresentar na sessão plenária do passado dia 14 o Projecto de Lei n.º 390/II que se refere à Actualização do Salário Mínimo Nacional.

Começando por destacar que se pretende com esta iniciativa materializar um imperativo constitucional, indo ao encontro das justas aspirações de centenas de milhares de portuguesas e portugueses, salientou ainda que o Grupo Parlamentar do PCP já fixou a discussão e votação deste projecto de lei para a próxima sessão de 25 de Janeiro.

E continuou:

Nesse dia, o que esta Assembleia val ter que decidir é se centenas de milhares de portugueses vão ter que continuar a viver com as remunerações decorrentes de um salário mínimo nacional fixado em Outubro de 1981, e por isso mesmo altamente

degradado e incapaz de dar resposta mínima às suas necessidades; ou se, ao contrário, através da aprovação do Projecto de Lei 390/II, val ser respeitado o princípio da anualidade (com efeitos retroactivos a Outubro de 1982) e elevados os valores do salário mínimo nacional

nos termos propostos pelas organizações representativas dos trabalhadores.

A responsabilidade da desactualização do salário mínimo nacional cabe por inteiro à AD. — acrescentou Jerónimo de Sousa que passou a enumerar a demagogia utilizada pelos membros do Governo para não concretizarem esse aumento:

Antes e durante a campanha eleitoral de 12 de Dezembro o Governo AD ia deixando «escapar» informações para os órgãos de comunicação social alimentando a esperança de que a actualização do salário mínimo era uma decisão praticamente garantida e a concretizar em poucos dias.

Já passou mais de um mês desde a derrota eleitoral que a AD sofreu a 12 de Dezembro. E o que se assiste é que o Governo deixou cair a questão, passou a preocupar-se só com o aumento dos preços, flagelando assim

mais, aqueles que esperavam pela actualização. As condições de vida das largas centenas de milhares de portugueses, directa ou indirectamente abrangidos pelo salário mínimo nacional já se tinham gravemente degradado. Ao longo deste espaço de ano e meio, com o aumento dos preços na ordem de 30%, com os bens alimentares a aumentarem mais de

34%, e sabendo-se que eles envolvem cerca de metade das despesas das famílias de menores recursos, compreende-se perfeitamente porque é que hoje milhares de famílias não chegam nem à carne, nem ao peixe. O dinheiro não chega. Os preços são proibitivos.

Mais adiante e depois de focar a importante vitória que foi para os trabalhadores portugueses a concretização do salário mínimo nacional logo após a Revolução de Abril, medida que abrangeu mais de 700 mil trabalhadores, Jerónimo de Sousa afirmou:

Mais tarde a Constituição da República veio consagrar o direito ao salário mínimo nacional como uma retribuição suficiente para as necessidades essenciais dos trabalhadores e da sua família, tendo designadamente em conta o aumento do custo de vida.

O salário mínimo foi sendo sucessivamente actualizado anualmente, com a única excepção de 1976.

Até ao Decreto-Lei n.º 440/79, de 6 de Novembro, o princípio da actualização anual passa a ter consagração legal, no seu artigo 10.º.

Essa a obrigação legal que o Governo AD não cumpriu. E com gravíssimas repercussões sociais.

A terminar o deputado Jerónimo de Sousa afirmou:

Função Pública

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto para que se restabeleça de imediato a negociação e a entrada em vigor dos aumentos salariais dos trabalhadores da Função Pública.

No referido documento destaca-se que «a caducidade da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 1983 e a situação de limitação de poderes em que se encontra o Governo demitido vêm sendo invocadas para protelar, mais uma vez, a negociação da tabela salarial da Função Pública para o ano em curso».

Contudo, «trata-se de uma questão urgente,

cuja resolução não pode ser adiada sem graves repercussões negativas» e embora o Governo esteja impedido de apresentar propostas de lei à Assembleia da República, não cabe aos deputados poder de iniciativa no tocante aos principais instrumentos financeiros, o PCP considera que «nada obsta constitucionalmente a que o Governo prossiga e leve a termo as negociações em curso com as organizações representativas dos trabalhadores da Função Pública».

No entanto, apesar do impedimento do Governo em aprovar alterações orçamentais que impliquem aumento da despesa total ou do montante de cada sector

orgânico ou funcional fixados na lei do OGE em vigor, para o PCP nada impede que o Governo deva «adoptar sem mais demora as providências orçamentais necessárias a que, sem quebra da proibição legal que ficou referida, aos trabalhadores da Função Pública seja garantido a partir de Fevereiro o processamento de salários incorporando já os respectivos aumentos (e o retroactivo respeitante ao mês de Janeiro)».

Neste sentido o Grupo Parlamentar do PCP vai usar os meios regimentais ao seu dispor para que a Assembleia da República se pronuncie sobre a matéria com a urgência de que esta se reveste.

Para a «AD» os reformados só interessam antes das eleições

Na semana que passou dois factos ocorridos em S. Bento revelam bem o carácter moral da maioria «AD» que por enquanto ainda prepondera na Assembleia da República. Despidos do mínimo decoro, os deputados que tanto insistem em auto-apelidar-se de partidos democráticos deram mais uma vez a prova da sua «democracia».

Votaram contra a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, requerida pelo PCP, sobre as causas que deram origem à não divulgação perante a Assembleia da República do teor integral do relatório do 1.º de Maio elaborado pela Procuradoria Geral da República.

Assim entendem a democracia. A verdade de um relatório oficial e imparcial não pode ser conhecido pelos deputados, mas é perfeitamente lícito que um ministro, detentor desse mesmo relatório, utilize partes do mesmo para escamotear factos e retirar conclusões parciais que por isso mesmo contradizem as conclusões gerais.

Assim procedeu Ângelo Correia, demitido ministro da Administração Interna, e que pela prática se verificou ser governante sem palavra. Tanto dizia que o relatório seria do conhecimento da Assembleia da República como logo depois se desdizia. Outroutanto o fez, quando no homicídio, ao participar numa sessão de perguntas ao Governo acusou um delegado sindical da Cometa de ser informador da «pide» para dias depois vir negar tal afirmação.

Mas estes são alguns dos aspectos da trajectória política deste ministro de quem as polícias dependiam. O seu «currículo» é muito mais vasto.

E é precisamente a este governante que a maioria «AD» dá cobertura.

Um outro aspecto que dominou na semana passada a Assembleia da República refere-se aos montantes dos subsí-

dios de Natal atribuíveis aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência, relativamente aos quais o Governo — mais concretamente, o ministro dos Assuntos Sociais, Luís Barbosa — subtrairam de modo maquiavélico cerca de 500\$00 no subsídio de Natal.

Os representantes da direita não conseguiram argumentar face à escandalosa falcatrua

feita por Luís Barbosa e desmontada pela deputada comunista Zita Seabra, cuja intervenção publicámos na semana anterior.

E na sexta-feira passada, de manhã, chegou a altura de serem votadas as ratificações requeridas pelo PCP e pelo PS.

Faltavam cerca de 10 minutos para o termo regimental da sessão o que permitia perfeitamente a votação.

Então, surge um golpe de teatro promovido por Silva Marques ao requerer, regimentalmente, a suspensão da sessão por meia-hora. Deste modo queria dar por encerrada a

sessão adiando para o futuro a votação que à maioria «AD» não interessava.

Presidia à sessão, nesse momento, o vice-presidente Tito de Morais, do PS, que considerou que a sessão não deveria ser encerrada e que após o tempo pedido pelo PSD continuaria realizando-se então a votação.

Borburinho na sala, com as bancadas da «AD» a defenderem que isso não seria justo e que a sessão estava terminada.

Entretanto, passou a presidir à sessão Leonardo Ribeiro de Almeida que ratificou a decisão

do vice-presidente que o antecederia.

E passados os trinta minutos a sessão recomeçou, mas nessa altura não havia «quorum» para votar, nem tão pouco para funcionar, pois como confessou Silva Marques tinha dado indicações aos deputados do seu partido para se ausentarem e deste modo provocarem a falta de «quorum».

Assim se vê a lisura destes «democratas» quando se trata de assuntos que dizem respeito a um sector — vasto sector — da população bastante carenciada e a quem 500\$00, apesar de ser uma quantia irrisória, faz muita falta.

Com a «AD» o Governo é que fiscaliza a Assembleia

A «AD» — até à dissolução da Assembleia da República ainda existe — inviabilizou a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para determinar as causas que deram origem à não divulgação à Assembleia da República do teor integral do relatório do 1.º de Maio no Porto, elaborado pela Procuradoria-Geral da República.

O deputado Lino Lima leu a declaração de voto do PCP. Começando por salientar que os partidos da «AD» acabam de inviabilizar mais uma vez a possibilidade de lançar luz sobre as causas que deram origem à sonegação à opinião pública e a esta Assembleia do relatório, acrescentou:

Era e é o comportamento do ministro da Administração Interna, Ângelo Correia e do Governo que estava em causa no inquérito cuja reali-

zação acaba de ser inviabilizada.

Tecendo considerações sobre o entendimento que a «AD» tem da democracia, fez notar que a maioria mostra mais uma vez não admitir que esta Assembleia fiscalize os actos do Governo e da administração, isto é, subverte na prática as concepções de regime autoritário e ditatorial que vigorava antes do 25 de Abril, em que o governo era o órgão fundamental da soberania, que actuava sem fiscalização e sob qual todos os outros se subordinavam.

E prosseguiu: A maioria «AD» entende que o governo pode impunemente recusar à Assembleia quaisquer elementos que esta lhe peça no uso do seu poder fiscalizador e que a ele, portanto, lhe compete enten-

der, definir e decidir sobre que elementos deve ou não fornecer ao Parlamento. Como aqui foi dito a maioria «AD» entende que é o governo que fiscaliza a Assembleia e não esta que fiscaliza o governo. Era assim antes do 25 de Abril, como é sabido.

Referindo mais adiante que da parte da bancada do PCP não haverá desistência na reclamação em que essa entrega se faça no mais curto prazo, pondo termo à situação de violação da Constituição e da Lei a que hoje se assiste ainda, o deputado Lino Lima dizia ao terminar:

A Democracia defende-se com a verdade. Queremos que a verdade seja conhecida. Recusamo-nos a ser capa da mentira.

Sobre o debate que antecedeu a votação e sobre a figura

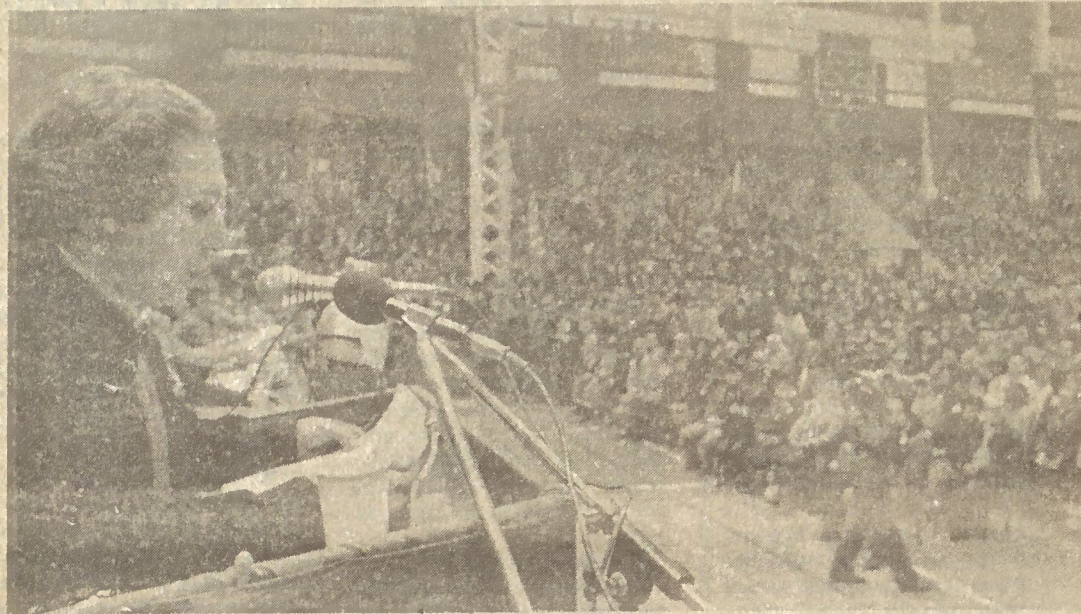
do ministro açambarcado de relatórios concluiu Lino Lima:

Mas o debate agora travado contribuiu decisivamente para deixar acabado o retrato monstruoso do principal artífice da obstrução ao exercício das competências da Assembleia da República. O autor das mais descabidas inventonas insurreccionais, o manipulador de relatórios de órgãos independentes, o aspirante a chefe de todas as polícias, o calculador que não hesitou em lançar sobre trabalhadores inocentes as mais infames acusações, o encobridor de ilegalidades e arbitrios caciquiais, o responsável pela utilização de forças de segurança contra trabalhadores em luta — o ministro demitido Ângelo Correia sal desta Assembleia tratado de corpo inteiro com o libelo que merece. É um resultado merecido e justo.

PCP



Rosa Rabiais: «Valeu a pena lutar»



Carlos Carvalho apresentou as propostas concretas dos comunistas para uma nova política económica

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Camaradas:
Quando este comício foi marcado havia boas razões para pensar que hoje já teríamos uma decisão acerca da saída para a crise governativa.

Mas chegamos ao dia de hoje e mantêm-se legítimas interrogações, dúvidas e expectativas acerca do desenvolvimento da situação no imediato.

De qualquer forma os acontecimentos estão mostrando dia a dia e hora a hora uma realidade essencial da actual conjuntura: não é só o povo que não quer mais que a «AD» governe, é a «AD» que deixou de estar em condições de governar.

Ou seja: Aproxima-se velozmente o momento em que a «AD» será escuraçada do Poder.

As medidas imediatas e a evolução da situação política

Milhões de portugueses colocam (todos nós colocamos) a questão de saber como vai Portugal sair da crise que presentemente se atravessa.

Coloçam-se sobretudo duas questões: a primeira é se a «AD» conseguirá formar e fazer aceitar um novo governo; a segunda — relacionada (ainda que não de forma absoluta) com a primeira — é se será ou não dissolvida a Assembleia da República e se serão ou não convocadas eleições antecipadas.

E uma evidência que, no futuro próximo imediato, toda a vida nacional terá desenvolvimentos completamente diferentes segundo a resposta que venha a ser dada a estas duas questões essenciais.

A formação de um novo governo «AD» significaria a continuação do desrespeito pela legalidade do agravamento das condições de vida do povo, da destruição das conquistas democráticas de Abril, do desastre económico, do crescente endividamento externo, da submissão crescente ao imperialismo, de novas tentativas e de novos planos para a destruição do regime democrático.

Ao contrário, o afastamento da «AD» do governo seria um primeiro passo para se repór a legalidade democrática, se consolidar a democracia e se abrir caminho a uma saída da crise no quadro das instituições.

A continuação da actual Assembleia da República, onde existe ainda uma maioria de deputados da «AD», que não tem de forma alguma a maioria do eleitorado a apoiá-la como as eleições autárquicas de 12 de Dezembro claramente comprovaram, seria a continuação de uma legislação antidemocrática, através da qual a reacção procuraria levar a cabo o seu plano de restauração do poder dos velhos monopólios e latifúndios do tempo do fascismo e a destruição de tudo quanto o nosso povo alcançou com a revolução.

Ao contrário, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas significaria decisivamente o passo à contra-revolução, e, sendo as eleições realizadas com respeito pelas normas democráticas, estamos certos de que a «AD» será reduzida na Assembleia à minoria que é no País e se criariam assim condições institucionais para uma alternativa democrática.

Vê-se que as decisões que forem tomadas determinarão em larga medida a evolução da situação portuguesa nos tempos próximos. Para o bem ou para o mal.

Errado seria porém concluir que tais decisões determinarão por si só, de uma maneira definitiva, e quase fatal toda a evolução futura da situação portuguesa.

Não. Tais decisões tornarão mais fácil ou mais difícil a luta do nosso povo, a defesa da democracia e das suas conquistas.

Mas mesmo admitindo o escândalo de continuar ainda no governo a «AD» e continuar uma Assembleia da República com maioria «AD» (e nós lutamos para que isso não suceda), as causas fundamentais que conduziram à queda e demissão do governo Balsemão, ao afastamento de Freitas do Amaral, à profunda crise interna da própria «AD», — e essas causas fundamentais são a força e a luta do povo, a redução da base de apoio social e político da «AD», as derrotas eleitorais, a potencialidade das instituições democráticas, a completa falência da política da «AD» — essas causas fundamentais mantêm-se e tornam inevitável e irreversível o processo da derrota definitiva da «AD» e do triunfo da democracia.

A «AD» está na situação de derrotada. A «AD» está em queda livre. A «AD» está a naufragar. Respondendo às interrogações, às dúvidas, às inquietações, às impaciências, que se expressam no momento actual, queremos confirmar a nossa apreciação de que continuam a existir as condições basilares para que a «AD» vá para a rua e para que sejam realizadas eleições antecipadas que abram caminho a uma solução democrática para a crise.

Não são palavras ditas para animar alguns possíveis descrentes. São palavras que assentam na análise da situação.

Por tudo isso, com confiança numa saída democrática para a crise, devemos insistir em que «a luta continua, «AD» para a rua!».

Justa avaliação da derrota da «AD»

A nossa confiança na capacidade do Povo português de derrotar a reacção e defender com êxito a democracia foi consideravelmente reforçada pela evolução da situação política de 1982. Mais concretamente: a nossa confiança foi reforçada pela estrondosa derrota sofrida pela «AD» que se traduziu em quatro factos de primeiro plano:

- a queda e a demissão do governo Balsemão;
 - a demissão de Freitas do Amaral de Ministro da Defesa e de Presidente do CDS;
 - a derrota, pelo menos no imediato, do plano subversivo e golpista que deveria culminar no assalto e instrumentalização das Forças Armadas;
 - a desagregação da «AD» que ameaça a sua sobrevivência.
- Quere-nos parecer, camaradas e amigos, que há muitas pessoas que não estão fazendo uma justa avaliação do que representa, do que significa, das perspectivas que abriu uma estrondosa derrota da «AD».

Basta de «AD» — E

«Basta de AD — eleições!» — uma necessidade, um clamor que se tornou nacional. Raras vezes, nos últimos anos, uma reclamação terá suscitado um apoio tão vasto e recolhido a unanimidade de tantos sectores e camadas do nosso povo. «Basta de AD — eleições!» — uma vontade que percorre, veloz, quantos no seu ofício, vivendo do trabalho, sentem amargamente os efeitos da política de desastre da AD e do seu Governo.

«Basta de AD — eleições!» — uma palavra de ordem, um grito, uma exigência uma vez mais reafirmada na noite da última sexta-feira. Foi no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, e estava-se num comício promovido pela DORL do PCP.

Presidido por António Andreu, suplente do CC na mesa do comício encontravam-se vários membros do executivo da DORL, os camaradas Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política, José Casanova, suplente da Comissão Política e o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

A anteceder o discurso de Álvaro Cunhal que reproduzimos nestas páginas, usaram da palavra os camaradas Carlos Carvalho do Comité Central e Rosa Rabiais do CC e do executivo da DORL.

Na sua intervenção, vivamente saudada pelos presentes que enchiam por completo o Pavilhão, Rosa Rabiais procedeu a um balanço das lutas dos trabalhadores nas empresas da região de Lisboa.

A falência da AD

Começando por afirmar que a derrota do plano subversivo da AD e a sua desagregação

não resultam do «desgaste do poder» ou de meras contradições entre os partidos que a compõem, mas sim do fracasso de uma política reaccionária, anticonstitucional e antipopular, aquela dirigente comunista lembrou alguns dos aspectos da resistência firme e determinada do movimento operário e popular aos propósitos da AD:

«Atacaram um dos principais pilares do regime democrático — as nacionalizações — e aí tiveram a resposta pronta e vigorosa dos trabalhadores da EDP, dos Transportes, da Indústria Naval, da Banca, dos Seguros, dos Cimentos e de tantos outros que, de forma criadora, diversificada e coordenada movimentaram sectores fundamentais da opinião pública e da vida nacional, recorrendo a greves e manifestações e obtendo um êxito espectacular na jornada de 14 de Outubro.

«Procuraram impor tectos salariais e retirar direitos adquiridos e aí tiveram a resposta firme dos trabalhadores da Metalurgia, da Função Pública, dos Mármores, da Tabaqueira, da Carris, do Metro, da Covina, da EPAL, da Quimigal, da Cimpor, da Petrolgal, da Gelmar, etc.

«Secundando o patronato, aumentaram a repressão nas empresas, procuraram limitar as liberdades, perseguiram dirigentes e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores, tentaram desmantelar e encerrar empresas, aumentaram o desemprego, os contratos a prazo e não pagaram os salários. Contra isso, às vezes com dificuldades, mas com tenacidade, os trabalhadores opuseram-se, resistiram e lutaram como é o caso da Fábrica de Loijas de Sacavém, da ANOP, do Hotel Baía, da Cometa, dos Cabos D'Ávila, da EPAC, da Messa, da CTM, da Bertrand, entre outras.»

Vale a pena lutar

Desafiando o rol de ilegalidades cometidas pelo Governo e as grandes linhas de acção em que se desenvolveram os ataques contra os interesses dos trabalhadores e do País, Rosa Rabiais prossegue:

«Apoiaram e financiaram os divisionistas da UGT, negociaram com eles acordos de traição, visando retirar rega-

lias sociais aos trabalhadores; tentaram comprar a consciência de classe de alguns trabalhadores com prémios e subsídios aos que não aderiram às greves, discriminando no plano salarial os activistas sindicais e os trabalhadores mais destacados na luta.

«Agravaram as condições de vida da população, aumentaram brutalmente os preços; degradaram o poder de compra dos reformados; impediram o acesso ao crédito, a habitação própria e

aos pequenos e médios comerciantes e industriais criando, simultaneamente, um sistema ruinoso de rendas comerciais; ploraram a vida nos campos com os exorbitantes aumentos dos factores de produção; aumentaram as dificuldades à juventude e às mulheres, principais vítimas do desemprego e dos contratos a prazo.

Depois de se referir à recente batalha eleitoral para as autárquicas e aos excelentes resultados obtidos pela APU no distrito de Lisboa onde esta co-



Só uma política verdadeiramente democrática e nacional pode assegurar não só a

Só uma política verdadeiramente democrática e nacional pode assegurar, não só a solução dos problemas económicos e financeiros, como também a estabilidade política.

É tempo e mais que tempo de por definitivamente termo à política de restauração dos monopólios e latifúndios que conduziu Portugal à beira da catástrofe.

É tempo e mais que tempo de se adoptar uma nova política económica que enfrente de caras os gravíssimos problemas existentes e se lance à sua solução tendo como preocupações fundamentais e princípios inspiradores, não estreitos interesses partidários, não ambições de poder, mas os interesses do povo e os interesses nacionais.

Existem soluções democráticas para os graves problemas existentes. Existem medidas capazes de tirar a economia portuguesa do abismo da crise para o qual a «AD» (no seguimento da política económica dos governos PS) a tirou.

Existem soluções democráticas a partir do respeito pelas estruturas da economia criadas com a Revolução de Abril, do respeito pelas nacionalizações, do respeito, do respeito pela Reforma Agrária, do respeito pelos bens e dinheiros do Estado que não podem ser entregues numa bandeja ao grande capital, do respeito pelos direitos dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos comerciantes e industriais, das camadas laboriosas da população.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD», é indispensável aproveitar, utilizar e mobilizar os recursos e energia nacionais para aumentar a produção agrícola e industrial, para satisfazer numa mais larga medida muitas necessidades nacionais hoje cobertas por vultuosas importações, para reduzir os défices externos em alimentos e em energia, para diminuir assim os défices actualmente gigantescos da balança comercial e da balança de pagamentos.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é indispensável prestar apoio técnico e financeiro não só ao sector privado do grande capital, como muito particularmente aos sectores e empresas nacionalizadas, às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, às cooperativas de produção e consumo, às pequenas e médias empresas, — despertando as energias e a criatividade próprias e impulsionando as forças produtivas.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é indispensável uma planificação geral, flexível, conforme com as realidades, que se precise e concretize pela intervenção simultânea do governo, das administrações, dos técnicos e dos trabalhadores.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD», é indispensável que a política bancária, a política de crédito a política de investimentos, a política industrial, a política agrícola, a política comercial, sirvam a efectiva recuperação económica do país e não a recuperação e a restauração do capitalismo monopolista.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é necessário retomar os grandes projectos de interesse nacional como o Plano Siderúrgico Nacional (com aproveitamento do ferro de Moncorvo e das pirites do Alentejo) e o Plano do Alqueva.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é indispensável emprender com coragem um processo deflacionista em que a política de contenção de preços e de crédito mais barato são peças essenciais.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é indispensável alargar o mercado interno, para o que o estímulo aos investimentos e o melhoramento das condições de vida das massas podem representar importante papel.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos da «AD», é indispensável produzir no país muito do que actualmente se importa, começar a austeridade pela poupança de recursos esbanjados, pela restrição de consumos dos que mais recursos têm, pela contenção da actividade dos grandes especuladores, pelo estabelecimento de uma firme escala de prioridades na aplicação dos recursos disponíveis.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é necessário negociar com os países estrangeiros, designadamente com os do Mercado Comum, assim como com as instituições financeiras dos outros países, não na base da subserviência e da colaboração sordida para a restauração em Portugal dos privilégios dos grandes monopolistas expropriados com a revolução democrática mas na base da firme defesa dos interesses portugueses, da economia portuguesa, da independência portuguesa.

Completamente ao contrário do que têm feito os governos «AD» é necessário considerar os empréstimos externos, não pelo ângulo do seu inevitável aumento para que com empréstimos se paguem empréstimos e juros vencidos, mas pelo ângulo de processos de amortização e redução crescente em modalidades e prazos (em que os sistemas de compensação podem ter importante papel) a negociar segundo os interesses, disponibilidades e potencialidades nacionais.

Dentro destas grandes linhas é possível actuar com êxito e resolver com êxito os grandes problemas que a economia portuguesa enfrenta.

E, a par da solução dos problemas económicos, a solução dos problemas políticos e dos problemas sociais, o respeito escrupuloso pela legalidade democrática e pelas liberdades e direitos dos cidadãos, uma Comunicação Social honesta, isenta e respeitadora, um ensino aberto aos jovens sem discriminações, e que realmente prepare e eduque.

Não é a falta de uma política alternativa, nem a falta de soluções para os problemas nacionais que pode explicar, justificar ou preterir que não seja de vez demitido o governo «AD» e não sejam realizadas eleições antecipadas para a Assembleia da República.

Os factos mostram que a «AD» ultrapassou há muito os limites máximos para ser admitida por mais tempo a sua continuação no governo.

Deixando atrás de si um rasto de ilegalidades, de prepotências de abusos, de erros, de prejuízos, de destruições, de malefícios, de crimes, a «AD» está a chegar ao fim como coligação e como governo.

Vitor Crespo, governo morto antes de nascer

Um novo governo «AD» prolongaria a usurpação do poder, daria, embora temporariamente, novo impulso à política de destruição e

São os despedimentos que se multiplicam e o desemprego que aumenta.

São os intelectuais e quadros técnicos em processo de proletarianização, as mulheres e os jovens que sofrem os maiores embates das discriminações salariais e profissionais, os reformados e os deficientes atirados para uma linha de miséria.

São os pequenos e médios agricultores que sufocam pela alta dos preços dos factores de produção, pelas dificuldades de escoamento dos seus produtos, pelos preços não compensadores, pelas dificuldades do crédito, pelas prepotências dos senhorios ricos.

São os pequenos e médios comerciantes e industriais afogados pelas novas rendas comerciais, pelo preço do crédito, pela crise geral.

A ofensiva ilegal e brutal contra o nível de vida do Povo português, é acompanhada por uma ofensiva ilegal e brutal contra a Reforma Agrária e contra as Nacionalizações (como se vê pelas decisões de desmembramento da CTM tomadas agora pelo governo demitido).

Cada uma das operações criminosas que o governo está levando a cabo justifica por si só que a «AD» fosse imediatamente afastada do Poder.

Anteontem, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, de novo os funcionários governamentais, apoiados por fortes contingentes da GNR, se lançaram ao assalto, ao roubo e à pilhagem de terras, de gados e máquinas das UCPs/Cooperativas. A uma só família de agrários foram entregues mais de 2000 hectares de terra.

E o governo demitido não fica por aí. Procura precipitar a curto prazo 122 leilões de terras das UCPs/Cooperativas a fim de roubar à Reforma Agrária e entregar aos latifundiários mais de 88 000 hectares de terras.

Nós aqui declaramos uma vez mais que o povo português não pode reconhecer e não reconhecerá tais pilhagens próprias de bandos de salteadores.

Aqui reafirmamos a nossa firme disposição de lutar para que estes crimes sejam reparados para que as terras roubadas sejam recuperadas para que a Reforma Agrária retome o seu curso até à liquidação completa e definitiva dos latifúndios. E confiamos em que assim acabará por suceder.

Como se expressou na evolução da economia portuguesa uma tal política de destruição das conquistas democráticas e de sacrifício de todas as classes e camadas laboriosas?

Onde está a tão decantada recuperação económica que dois anos atrás a «AD» programava, propunha, anunciava e prometia? Muitas das empresas nacionalizadas que deviam e podiam constituir o sector de arranque do desenvolvimento económico nacional são desmembradas e estranguladas financeiramente pelo governo «AD».

Muitas das terras roubadas às UCPs/Cooperativas e entregues aos latifundiários estão abandonadas ao mesmo tempo que milhares de trabalhadores agrícolas são lançados no desemprego.

O défice da balança comercial nos 9 primeiros meses de 1982 excedeu 314 milhões de contos; devendo ter atingido ao fim do ano aproximadamente 500 milhões de contos.

No mesmo período o défice da balança de transacções correntes atingiu 193 milhões de contos.

Crescem os défices em produtos alimentares e em energia. Diminuem os ingressos de turismo e dos recursos dos emigrantes.

A estagnação e a recessão económica acentua-se. A capacidade não utilizada aumenta. As elevadas taxas de juro paralizam actividades produtivas e investimentos e incentivam a especulação. Como já o camarada Carlos Carvalho referiu, é a dívida externa que sobe a galope a mais de 13 000 milhões de dólares (1200 milhões de contos) pelos quais se pagam em juros mais de 3300 milhões (mais de 100 milhões de contos) anualmente.

E o completo descalabro o plano inclinado para a insolvência financeira do país, uma catástrofe que se consumará, num prazo relativamente curto, se não for prontamente posto termo à política criminosa da «AD» se a «AD» não for firmemente afastada do poder conforme os interesses nacionais o bem-estar do povo, a legalidade democrática e sobrevivência do regime há muito exigem.

Existe solução democrática para os problemas nacionais

Para tentar impedir que a «AD» seja afastada do poder que a Assembleia da República seja dissolvida e sejam realizadas eleições antecipadas e para forçarem a passagem de um novo governo «AD», as forças reaccionárias fazem chantagem em torno da situação financeira.

Gritam que o país tem dívidas a pagar ao estrangeiro e que, se a «AD» for afastada do Governo, Portugal não obterá os créditos necessários para pagar essas dívidas. Dizem que o FMI interromperá as negociações se o governo for demitido. Dizem que, sem o OGE aprovado, com o sistema dos duodécimos, a economia vai para o colapso.

Se as razões invocadas pelos chantagistas fossem de aceitar, então ter-se-ia que admitir que a «AD», fizesse o que fizesse, estivesse em maioria ou em minoria, deveria de uma vez para sempre, definitivamente, conservar-se no governo.

Tal chantagem quanto mais rápida e firmemente for repelida, mais rapidamente acabará.

Não é o afastamento, mas a continuação de um governo «AD» que conduzirá Portugal a um colapso financeiro.

Continuar a «AD» no governo e em maioria na Assembleia, seria afundar mais e mais a economia nacional numa crise profunda e em défices gigantescos, seria aumentar mais e mais a dívida e os compromissos externos, seria agravar mais e mais as condições de vida do povo.

Pondo causa e efeito de pernas para o ar, alguns senhores da «AD» (como é o caso do ministro Salgueiro) vêm agora dizer que a afilada situação económica e financeira não resulta da política económica da «AD» mas da instabilidade política. Assure-se que a estabilidade política (dizem) e os problemas económicos e financeiros serão resolvidos. O certo é que a instabilidade política é também um resultado do erro, da falência e das consequências da política económica da «AD».

Basta de política de destruição e desastre

O governo Balsemão, como governo demitido que é, tem as suas competências limitadas segundo a própria Constituição.

Nos termos do Art.º 189, n.º 5, um governo demitido deve «limitar-se à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos».

Mas não é isso que está fazendo o governo Balsemão. Usurpando o poder, o governo Balsemão continua a actuar como se estivesse ainda na plenitude das suas competências.

Decreta novos e colossais aumentos de preços que em poucos dias reduzem drasticamente o poder de compra dos portugueses. São de novo os géneros alimentícios, a gasolina, o gasóleo, o gás, a electricidade, os transportes, os telefones, as taxas das farmácias, da rádio e televisão, a juntar a muitos outros aumentos recentes e a preceder muitos novos aumentos já anunciados.

Não é só a alta dos preços que torna impossível aos trabalhadores e à maioria dos portugueses, proverem à satisfação das suas necessidades básicas no que respeita à alimentação, à habitação, à saúde, ao vestuário, à educação e à cultura.

E o não pagamento dos salários que alastra de empresa para empresa e de região para região.

Eleições!

ligação sobre 31 mil votos, ganha 14 freguesias, atinge pela primeira vez uma votação que ultrapassa os 30 por cento (a maior de sempre no distrito), a militante comunista concluiu que valeu a pena lutar e expressou a confiança de que a demissão do Governo Balsemão e a crise da «AD» abrem novas condições para reforçar a organização, alargar a unidade e desenvolver a luta de massas até ao completo afastamento da «AD» do Poder.

Numa intervenção onde ana-

lisou detalhadamente a situação financeira e económica do País, o camarada Carlos Carvalhas, por seu turno, colocou o dedo na ferida, pondo a nu a política de desastre do Governo «AD». Caracterizando-a, aquele economista começou por afirmar que tal política foi orientada para a restauração dos latifúndios, dos grupos económicos, das fortunas e privilégios, uma política que degradou as condições de vida das populações, a situação do ensino, da saúde da habitação, que arruinou pe-

quenos e médios comerciantes e industriais, que engrôs-sou o exército dos desempregados, que comprometeu a recuperação económica e a Independência nacional.

Paralelamente, — disse Carlos Carvalhas — floresceu a corrupção, o contrabando, a economia subterrânea e a actividade especulativa. Aumenta o ritmo da inflação, mesmo no índice de preços oficial, que passou de +19% em 1980 e +20% em 1981, para +23% em 1982!

Por sua vez, enquanto os preços aumentam, os salários reais diminuem e as taxas de lucro das sociedades ultrapassam os valores registados antes de 1974!

O desemprego, em vez de ter diminuído como os governos prometiam, sofreu um novo impulso estimando-se oficialmente em mais de 400 000 activos!

O investimento produtivo público e privado, variável económica estratégica para relançar a actividade e criar novos postos de trabalho, regista um significativo decréscimo (5% em 1981, 3,8% em 1982 e 0,5% como objectivo do governo demitido para 1983)!

E acrescentou:

A indústria transformadora patina. O último inquérito de conjuntura do INE, agora publicado, revela que a quebra de actividade foi ainda mais

acentuada do que o inicialmente previsto, o mesmo se passando com o aumento de stocks e a diminuição da utilização da capacidade produtiva.

Agrava-se o défice da balança agro-alimentar e a dependência do País em bens alimentares de primeira necessidade: cereais cerca de 75%, oleaginosas cerca de 70%, açúcar 100%. Ataca-se a Reforma Agrária e asfixia-se a agricultura. Só o aumento dos factores de produção nos governos AD, oscilaram entre 170% e 200% para adubos, 200% gasóleo, 60% para as rações, 66% e 95% para as sementes de trigo e arroz! A nossa zona exclusiva de pesca não é aproveitada, mantêm-se dezenas de barcos paralisados a apodrecer, fazem-se acordos internacionais lesivos e, em consequência de toda esta política, importa-se cerca de 10 milhões de contos de peixe!...

Divida externa

Abordando em seguida o marasmo económico existente e os reflexos desta política irresponsável no que diz respeito às contas externas, Carlos Carvalhas sublinhou:

Em três anos, o somatório dos défices externos atingiu os 450 milhões de contos! Só este ano, batendo todos os recordes, o défice da ba-



lança de transações correntes, que o governo afluencia não ultrapassará os 121 milhões de contos, chegou ao fim do ano com um défice de 260 milhões de contos, isto é, mais do dobro do que o fixado pelo governo. Aliás o último boletim mensal do INE sobre as estatísticas do comércio externo lá nos revela que Portugal, até ao 1.º semestre de 1982, importou (e cito a título de exemplo) 238 mil contos de calçado, 513 mil contos de tapeçarias, tapetes e veludos, 44 mil contos de guarda-chuvas, 5 mil contos de penas de adorno, etc., etc. O que na actual situação é um escândalo!

Em consequência de tais défices a divida externa do País, avellidada em escudos, triplicou com a AD. A divida externa que, em 1975, não atingia sequer os 10% do PIBpm situa-se actualmente em 1200 milhões de contos, ou seja, cerca de 67% de

tudo o que o País produziu em bens e serviços em 1982! A divida é de tal ordem que o País já pede empréstimos para pagar os juros. Só em 1982, o montante de juros pagos anda à volta dos 110 milhões de contos, o suficiente para renovarmos a nossa frota pesqueira e aproveitarmos toda a nossa Zona Económica Exclusiva!

A política necessária

Depois de acentuar a falência da política da «AD» que conduziu o País à ruína e de reafirmar a necessidade de uma nova política, o militante comunista enunciou algumas das propostas concretas do PCP para relançar a actividade económica, para sair da crise e para se avançar no caminho do desenvolvimento económico:

Entre outras direcções fundamentais, defendemos a diminuição das taxas de juro, o controlo da inflação e uma

nova política de crédito. São medidas não só possíveis como necessárias para permitir o saneamento de muitas empresas, o relançamento do investimento produtivo e da produção nacional.

Defendemos o corte drástico das importações de luxo e superfluas o que permitiria poupar de imediato mais de 50 milhões de contos. Também o controlo dos preços do comércio externo permitiria poupar milhões de contos de divisas. Basta lembrar que por cada 1% de sub ou sobrefacturação corresponde, aos preços actuais, à perda de cerca de 11 milhões de contos de divisas do País.

Opondo-se frontalmente aos que afirmam que não há alternativa, que não há campo para a produção nacional de produtos importados ou que não é possível aproveitar os nossos recursos minerais ou hidroeléctricos, Carlos Carvalhas inter-
roga:

Será, por exemplo, no interesse dos portugueses e de Portugal que se mantem congelado o projecto da beterraba sacarina quando todo o açúcar que se consome é importado? Ou será no interesse dos portugueses e de

Portugal que, enquanto os estaleiros se encontram sem trabalho e a nossa frota mercante e pesqueira apodrece, se coloquem encomendas no estrangeiro? Ou será ainda solução a política de destruição do sector nacionalizado e de destruição das empresas de transporte marítimo e estaleiros navais, ou a política que conduz ao desperdício mais de 40 milhões de contos em divisas no pagamento de fretes? Ou será defensável que se continuem a exportar os nossos minérios nos escalões mais baixos de transformação, praticamente em pedra, importando depois os minérios transformados?

Solução dos problemas económicos e financeiros como também a estabilidade política

desastre que conduziu Portugal à gravíssima situação em que se encontra.

O governo Vítor Crespo que a «AD» está a preparar é na verdade um escárnio.

Começa pelo Primeiro-Ministro proposto pelo PSD. As pessoas, no seu *curriculum*, costumam anotar provas do que valem. Mas este senhor (nomeadamente quando foi ministro da Educação) tem sobretudo anotadas provas do que não vale.

Não somos só nós que o dizemos. Isso dizem os seus parceiros da «AD». Um dirigente nacional do CDS, Basílio Horta, dizia ainda há oito dias que o sujeito «não tem condições mínimas» (DN, 31/1/83). O presidente da Comissão Distrital de Setúbal do CDS diz que o sujeito «não tem o perfil necessário» («O Tempo», 6/1/83). Um membro do Conselho Nacional do PSD diz que «não tem capacidade para ser Primeiro-Ministro» («O Jornal», 7/1/83). E segundo notícia ou piada do «Expresso» (8/1/83), «uma antiga mulher a dias de Vítor Crespo, ao saber da indicação do seu antigo patrão para dirigir o governo teve um desabafo: «Mas se o sr. professor nem sequer a casa sabia governar!»

Uma tal escolha é para chorar e é para rir.

Para chorar, pela política vergonhosa da «AD» que enxovalha o regime democrático.

«Já não é novo. Dizem isto, quando estão em crise, ou seja umas tantas vezes por ano.

Aproveito pois a ocasião para tranquilizar todos esses senhores, informando-os de que os dirigentes do PCP estão não só de boa saúde política, mas também de magnífica saúde física.

Voltando à tentativa de formação de um novo governo «AD» são os próprios responsáveis da «AD» que à partida o condenam.

Freitas do Amaral atafa-se e recusa-se não só a participar mas mesmo a apoiar um tal governo.

Basílio Horta afirma com todas as letras há poucos dias que um tal governo «tem muito pouco a ver com a vontade do eleitorado» (13/1/83).

Outros dois vice-presidentes do CDS tomaram distâncias. Uma fonte do CDS, comparando o governo de Vítor Crespo aos melões, afirma que «este melão é dificilmente comestível».

Helena Roseta declara à Rádio Renascença que escolher entre Vítor Crespo e eleições é como escolher «entre o diabo e o inferno» (9/1/83).

E um pluriímico que o «Expresso» diz ser Marcelo Rebelo de Sousa chama a um governo Vítor Crespo «um governo de gargalhada nacional» (11/1/83).

Quando um governo «AD» que pretende formar-se já assim é

E, se passamos dos dirigentes aos propagandistas, «O Dia» anuncia que a «AD» está «completamente à deriva» (30/12/82) e «com pena de morte suspensa» (1/1/83). O «Expresso» confirma que «a «AD» acabou por naufragar» (8/1/83).

É um insulto ao regime democrático pretender constituir ainda governo como se fosse de uma coligação de partidos derrotada, sem base de apoio, decapitada dos seus chefes, dilacerada por divergências, rivalidades, conflitos e ambições, coligação que os seus próprios chefes e propagandistas dizem ter acabado, estar à deriva, naufragada, morta e enterrada.

O povo português não pode aceitar, o regime democrático não pode admitir, as instituições não podem viabilizar a formação de um governo de forças políticas que reconhecem a sua própria desagregação, desintegração, dissolução, naufrágio, morte e enterro.

É difícil acreditar que o Presidente da República pudesse aceitar a formação de um novo governo AD e no concreto o chamado governo Vítor Crespo.

Não oferece dúvida que, se o fizesse, não só o povo e o país passariam novos sofrimentos, como o próprio Presidente da República sofreria, com tal decisão, um sério golpe na sua autoridade e nas suas funções.



Um comício igual na combatividade, na confiança; diferente na actualidade das propostas. A exigência da dissolução da AR tornou-se mais premente na nova situação política criada

Para rir, porque, na deterioração política e moral da «AD», a tentativa de um governo Vítor Crespo atinge as raízes da farsa.

Por isso, mais do que em linguagem rigorosa e séria, o caso se pode traduzir como o fez um poeta de talento no último suplemento do «Avante!».

Nas andanças das baldrocas convidaram as minhocas, os polvos, as alforrecas, pintos e patas marrecas, pardais, melros e suínos, pedra pomes, caranguejos e outros peixinhos do mar tais pulguetas, percevejos, mas ninguém quis aceitar... — Bom... — diz Capucho, com tédio — Bom... — diz Balsemão tão fresco — Se não há outro remédio, bom, vão lá buscar o Crespo...

Mas não é só a triste figura do candidato a primeiro-ministro que toma um tal projecto um escárnio. São também os possíveis ministros de que se fala, e as oposições que um tal governo encontra na própria «AD». É um projecto sem qualquer credibilidade nem viabilidade.

Pelo que já se conhece, a história das digressões para a formação de um tal governo, as acusações e os insultos recíprocos entre o CDS e o PSD e os seus dirigentes, expõem perante a opinião pública a «AD» como uma associação desacreditada composta por bandos rivais.

Os partidos reaccionários e os seus dirigentes estão politicamente tão doentes e tão invejosos da boa saúde política do PCP que os seus propagandistas inventam doações físicas, dos dirigentes do nosso Partido.

Anteontem e ontem foi nova onda de notícias, de telefonemas, de boataria lançada por meios da comunicação social (incluindo a rádio) acerca de grave doença súbita do secretário-geral do PCP.

tratado na própria «AD» pode bem dizer-se que é um governo morto ainda antes de nascer.

O facto de à última hora, ou no último minuto, hoje mesmo assustados pela perspectiva de serem definitivamente corridos, os galos, galateias e perus dos partidos da «AD» terem feito uma chamada «Cimeira» e declarado que está recomposto tudo na «AD» e que o governo Vítor Crespo está pronto a ser formalmente proposto ao Presidente da República e a governar até 1984, não alterou em nada a afirmação que acabamos de fazer.

Mesmo que um governo Vítor Crespo nascesse, nasceria nado-morto, nasceria como um cadáver para dentro em pouco ser enterrado.

Provocaria ainda mais sofrimentos do povo e do país, prolongaria a corrida para o desastre, mas não iria longe.

O absurdo da formação de um tal governo não é porém apenas por aparecer com uma composição inacreditável, mas fundamentalmente por ser um governo da «AD», «AD» cuja política agrava a vida dos portugueses e todos os problemas nacionais, «AD» que tem um plano de destruição do regime democrático, «AD» que não tem apoio nem social, nem político, nem eleitoral que, justifi-
quem que continue governando o país, «AD» que acaba de sofrer uma estrondosa derrota nas eleições autárquicas, «AD» que, segundo os seus próprios dirigentes, se encontra em completa desagregação.

Freitas do Amaral proclama que «a «AD» já não é o que era e que não quer sentir-se associado ao «seu gradual definhamento»» (26 e 29/12/82).

Basílio Horta repete que «esta já não é a mesma «AD»» (8/1/83). Azevedo Soares do CDS diz que «se criaram hábitos na «AD» que a inviabilizam (...) como instrumento da solução da crise» (7/1/83).

Sousa Tavares do PSD diz que «a «AD» (foi) morta às mãos de Freitas do Amaral» (30/12/82).

Roseta adianta que a «AD» «foi enterrada pelos seus dirigentes» (9/1/83).

Loureiro Borges do Conselho Nacional do PSD diz que «a «AD» acabou» (29/12/82).

Se o Presidente da República aceitasse a formação de um novo governo «AD» perderia em todos os tabuleiros.

Perderia com a «AD», porque esta sentiria novas forças para continuar o combate ao Presidente cuja demissão tem sido e continua a ser um dos seus alvos estratégicos.

Perderia com o PS, que embora comprometido em alianças com a «AD», prepara já, para tal eventualidade, novos ataques ao Presidente tornando-o o principal responsável de todos os males.

Perderia com o movimento operário, popular e democrático em luta aberta contra a política da «AD».

E perderia com vastas massas não diferenciadas que tem esperado do Presidente decisões políticas que ponham fim a uma situação insustentável.

A formação de um novo governo «AD» abalaria assim o regime democrático e abalaria também a própria funcionalidade e prestígio de um órgão de soberania — Presidente da República — que a situação política tem chamado a representar um importante papel na defesa e estabilização do regime democrático.

Por tudo isso continuamos a confiar em que a usurpação do poder pela «AD» está a acabar, que a «AD» está em vésperas de ir para a rua.

O único caminho: dissolução da Assembleia da República

O povo reclama que a «AD» seja afastada do governo, que se ponha fim à macacada da formação do governo Vítor Crespo que seja tomada a única medida que, nas condições presentes, pode constituir uma saída constitucional, institucional e democrática da crise: a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

Durante muito tempo o PCP era o único partido que reclamava a dissolução da Assembleia da República como necessária, indispen-

sável e urgente para pôr cobro à usurpação do Poder por forças que haviam perdido toda a legitimidade para governar, para cortar o passo a uma política de ilegalidades, miséria, violência e destruição, para sustentar e derrotar o plano subversivo e golpista em marcha.

Defender a dissolução da Assembleia da República era desde logo ser «contado» com o PCP.

Actualmente, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas são defendidas inclusivamente (embora com dúvidas sinceridade), pelo PS que ao longo de 1981-1982 se opôs primeiro e pôs numerosas reservas e objecções depois à demissão do governo e à realização de eleições antecipadas.

Essas medidas são também defendidas não só por outros partidos democráticos, mas pelos mais variados sectores sociais e políticos, incluindo na área dos partidos da «AD».

Com a demissão do governo Balsemão e a desagregação da «AD», agora, em princípios de 1983, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas apresentam-se como uma saída não só necessária mas que, cada vez com mais evidência, se revela como inevitável.

Ainda se ouve, é certo, aqui e ali, vozes duvidando do alcance, do significado ou da perspectiva da eleição antecipada.

A verdade é que, se, para a saída da crise actual, for dissolvida a Assembleia da República e forem convocadas eleições antecipadas, esse facto, só por si, representará uma extraordinária vitória do povo português, das forças democráticas, do regime conquistado com a revolução de Abril.

A realização de eleições antecipadas é simultaneamente uma solução constitucional e institucional e uma solução política democrática.

Solução constitucional e institucional porque, se existem um governo e uma maioria de deputados que não só não têm suficiente base de apoio social, político e eleitoral como provocam a oposição da grande maioria dos portugueses, a Constituição, as instituições estabelecem a possibilidade e mesmo a obrigatoriedade de os portugueses serem chamados a eleger novos deputados e, através dessa eleição, indicarem o sentido político geral para a formação de um novo governo.

Solução política democrática porque estamos certos, de que, realizando-se as eleições em condições democráticas sobretudo com um governo de gestão que respeite as normas democráticas, a «AD» sofrerá uma estrondosa derrota, será colocada em minoria na Assembleia da República e isso alterará radicalmente a situação política nacional, abrindo caminho à formação de um governo democrático.

Já foi dito que, se as eleições de 12 de Dezembro tivessem sido para a Assembleia da República com a mesma votação, a APU teria ganho 10 deputados, o PS teria ganho 8, a UDP teria perdido o seu mandato e a «AD» teria perdido 17 deputados perdendo assim a sua maioria na Assembleia da República.

Em eleições legislativas antecipadas (em que pesa menos a pressão sobre as populações dos caciques reaccionários locais e pesam mais a indignação ante a política do governo «AD»), a «AD» (além do mais completamente desacreditada pelos últimos acontecimentos) sofreria ainda uma maior derrota, perderá um número mais elevado de deputados, ficará sem qualquer base institucional para formar novo governo.

Será uma mudança radical da situação e um passo que pode ser decisivo para a consolidação do regime democrático.

As eleições antecipadas tornam-se uma necessidade tão premente e tão inevitável que embora não estejam decididas, devemos inscrevê-las desde já entre as grandes tarefas do nosso Partido, das outras forças democráticas, dos trabalhadores, do povo português.

Inscrivê-las, não apenas porque se admite a hipótese, mas pensando nelas a sério, preparando-nos desde já seriamente para a batalha eleitoral, afim de assegurarmos a derrota definitiva da «AD» e um grande avanço do PCP e das outras forças democráticas nossas aliadas — avanço esse que é essencial para que a derrota da «AD» se suceda uma alternativa democrática.

A propaganda dos dirigentes do PS acerca de uma futura maioria absoluta do PS e a tola, repetida e renovada pretensão do PS vir a governar sozinho são pura demagogia.

E absolutamente certo que em futuras eleições para a Assembleia da República a melhor garantia para uma alternativa democrática (a par da derrota da «AD») é o reforço da votação e do número de deputados do PCP e de outros verdadeiros democratas.

Realizando-se eleições antecipadas mobilizaremos as nossas forças para alcançar um tal resultado e estamos certos de que será alcançado.

É também absolutamente certo que a superação da crise e a solução dos problemas nacionais só pode ser alcançada com o empenhamento dos trabalhadores, e isto significa também, com o empenhamento do PCP.

Pela nossa parte estamos prontos a examinar todas as possibilidades de uma alternativa democrática e nacional no plano programático e no plano da composição política de um futuro governo, e uma vez mais sublinhamos que o PCP, com os trabalhadores, com o povo português, está pronto a assumir todas as suas responsabilidades numa solução da crise.

A vida está mostrando aquilo que o nosso Partido tem insistentemente afirmado: que a democracia é mais forte que a reacção, que a maior força da «AD» consiste em estar ainda no governo (a que não têm direito) e ter ainda uma maioria (ao que também não têm direito) na Assembleia da República.

Demita-se de vez o governo «AD», acabe-se com a palhaçada da proposta Vítor Crespo, convoquem-se eleições antecipadas, e a «AD» revelará que perdeu a capacidade para impedir ou contrariar uma alternativa democrática à sua política, para impedir ou contrariar a evolução democrática da sociedade portuguesa.

A «AD» aproxima-se inexoravelmente do seu fim.

Neste começo de 1983, o afastamento definitivo da «AD» do Poder e a realização de eleições antecipadas entram na ordem do dia.

Lutemos unidos, com determinação e confiança, para que estes objectivos sejam alcançados o mais prontamente possível.

Viva a unidade dos democratas!
Viva Portugal de Abril!
Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Alerta a Direcção Regional do Partido

NO DISTRITO DE LEIRIA AGRAVA-SE A SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

Face à crescente degradação da situação económica e social no distrito, que tem efeitos alarmantes nas condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, a Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP divulgou no passado dia 11 um importante documento em que se apontam as causas da situação e se salienta o valor decisivo da luta persistente dos trabalhadores e das suas organizações representativas:

Avolumam-se os perigos e ameaças que pairam sobre as já precárias condições de vida de milhares de famílias do nosso distrito.

A política económica e social do governo AD arruinou e arruina o País, não foi capaz

vão no imediato provocar aumentos em cadeia de todos os bens de consumo e acentuar a crise económica em muitos sectores decisivos da economia do nosso distrito. Se a situação tal como estava não podia continuar, agora muito mais

J. Moleirinho — M. Grande, Dinamil — Leiria, etc, etc.

Os salários em atraso nalgumas empresas assumem proporções dramáticas e a fome atinge já muitos lares. O subsídio de Natal (13.º mês) não foi pago em devido tempo em dezenas e dezenas de empresas que protelaram o seu pagamento 8 e 15 dias, indicativo mais que suficiente que a crise se avoluma.

A ameaça de encerramento de empresas alarga-se e neste momento estão praticamente sem laborar, entre outras, a Euro-Audior, Abadia de Alcobaca, F. Neto Ferreira, J.F. Custódio, Ingridhutt, Pompeu — Têxteis de C. Pera, etc.

Em muitas empresas, os salários não são atualizados conforme os Contratos Coletivos de Trabalho.

As altas taxas de juros, o fraco poder de compra da população, a falta de acesso ao crédito bancário são factores que contribuem para a agudização da crise em muitas empresas.

A crise atinge já não só os interesses de quem vive somente do fruto do seu trabalho, mas também muitos outros estratos e camadas da população.

No entanto, à sombra da crise, e explorando as dificuldades com que os trabalhadores se debatem, o patronato reaccionário aproveita-se também para acentuar a sua exploração, agravando ainda mais as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Em muitas empresas, ao mesmo tempo que não se atualizam os salários conforme os contratos coletivos de trabalho, fazem-se aumentos selectivos, discriminando trabalhadores conforme as conveniências...

"A luta será sempre o justo caminho"

Despedem-se trabalhadores que exigem o cumprimento da lei e dos seus direitos.

Utilizam-se abusiva e ilegalmente os contratos a prazo, havendo empresas no nosso distrito que são autênticos escândalos de abuso (empresas com 70, 80 e até 90 por cento de trabalhadores a prazo). Tudo isto, com a complacência da Inspecção do Trabalho.

Aumentam os processos disciplinares e em centenas de empresas é proibida a actividade sindical. Proibe-se a acção de delegados e dirigentes sindicais, aumentando a olhos vistos a repressão sobre os trabalhadores.

A descapitalização fraudulenta das empresas tornou-se uma prática habitual por parte de alguns empresários.

Não fosse a luta tenaz dos trabalhadores contra a política AD de ruína nacional e contra a exploração e as condições de vida das camadas laboriosas do nosso povo e estaria-mos hoje perante situações muito mais graves.

A luta será sempre o justo caminho que inevitavelmente

imporá a mudança que o nosso povo anseia, afastando definitivamente a AD do Governo.

Mais do que nunca, a situação exige as soluções que o PCP há muito reclama: dissolução da Assembleia da República, formação dum Governo de gestão isento e eleições gerais antecipadas no prazo de 90 dias (...)

A DORLEI do PCP confia que a acção e a persistência dos trabalhadores e das massas populares saberão dar uma decisiva contribuição, com a sua luta e o seu protesto para que se concretize uma solução democrática para a crise.

A DORLEI do PCP apela a todos os trabalhadores e às suas organizações de classe para que de forma coordenada encontrem formas de responder ao agravamento das suas condições de trabalho, contra os despedimentos e o encerramento das empresas, pelo pagamento dos salários, contra a repressão.



O distrito de Leiria confina ao norte com o distrito de Coimbra, ao sul com o de Lisboa, a leste com os de Castelo Branco e Santarém e a oeste com o oceano Atlântico, tendo ao longo da costa belas praias, como as do Baleal, Foz do Arelho, S. Martinho do Porto, Nazaré, S. Pedro do Mol, entre outras. Constituído por 16 concelhos e cerca de 130 freguesias, o distrito de Leiria ocupa uma superfície de 3515,78 quilómetros quadrados, por onde se repartem as vilas de Alcobaca, Bombarral, Marinha Grande, Peniche, Pombal, Porto de Mós, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Alvaizere, Batalha, Pedregão Grande, Nazaré e Óbidos e as cidades de Leiria (capital do distrito) e Caldas da Rainha.

A população do distrito é de cerca de 440 mil pessoas, registando-se uma densidade populacional de 111 habitantes por quilómetro quadrado.

A cidade de Leiria dista 184 quilómetros do Porto e 130 de Lisboa.

O distrito de Leiria reúne um conjunto diversificado de actividades económicas importantes, nomeadamente as pescas, a indústria fabril (materiais de construção, vidros, produtos resinosos, conservas de frutas etc.), o turismo e a agricultura.

No próximo sábado

Encontro de militantes do concelho de Oeiras

Os organismos de direcção das zonas de Carnaxide e Oeiras levam a efeito no próximo sábado, dia 22, um Encontro de Militantes com a seguinte ordem de trabalhos: «medidas tomadas no âmbito da organização e objectivos para 1983» e «análise da situação política».

O Encontro, que decorrerá no salão do Clube Desportivo de Paço d'Arcos (junto ao jardim), contará com a participação do camarada José Casanova, membro suplente da Co-

missão Política do Comité Central.

«A tua participação é da máxima importância, pois neste encontro vamos definir novas formas de trabalho e vamos decidir medidas que visam reforçar o nosso Partido no concelho de Oeiras. A tua contribuição e participação são factores decisivos para uma maior intervenção do Partido na vida do nosso concelho», salientam os organismos de Carnaxide e Oeiras.

O Encontro tem início marcado para as 15 horas. Não faltes!

Parede Fundos para o novo Centro de Trabalho

No âmbito da campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP na Parede, realiza-se no próximo dia 30, na cooperativa «Linha do Estoril», no Alto da Parede, um almoço de amizade e confraternização promovido pela comissão que está a dinamizar aquela campanha.

O camarada Albano Nunes, membro do Comité Central, será um dos participantes nessa iniciativa, que está a ser agendada com especial entusiasmo.

As inscrições funcionam



no Centro de Trabalho da Parede, informa o gabinete de Imprensa da DORL do PCP.

Um documento do Comité Local

A cidade do Porto depois das eleições

Um comunicado do Comité Local do Porto do PCP, debruçando-se sobre os resultados das eleições autárquicas de 12 de Dezembro, considera que tais resultados na cidade do Porto «representaram uma grande derrota para as forças da direita, fruto do descontentamento popular em relação à política dos governos «AD» e à política da Câmara «AD» cuja gestão foi caracterizada pela incompetência e pela corrupção».

Foram pesadas, as perdas da «AD» na cidade do Porto, como realça o comunicado do CLP do PCP: a «AD» perdeu a maioria absoluta na Câmara, a maioria absoluta em 8 Assembleias de Freguesia, a presidência em três Freguesias, 19 mandatos, 13 000 votos em relação à anterior votação para a Câmara e 25 524 votos em relação às eleições legislativas de 1980.

Por outro lado a Aliança Povo Unido, que desempenhou um importante papel na luta pela resolução dos problemas das populações, de denúncia e combate à corrupção e ao compadrio, que sempre pautou a sua actuação pela preocupação fundamental de minorar as carências, de impedir o agravamento das condições de vida das populações, de desenvolver e modernizar a cidade, teve uma grande subida de votos e mandatos: confirmou a vitória na Freguesia de Miragaia com uma votação massiva da população, conquistando 36,4% dos escrutínios (o que corresponde a uma subida de 42,7%).

Além disso, foi a força política que ganhou maior número de mandatos (16) e mais subiu, percentualmente: passou a ter 28% de votos nas Freguesias de Campanhã e da Sé e 24% nas Freguesias de Aldoar e S. Nicolau; atingiu a percentagem de 19,5% para a Câmara (14,7% de subida), 20,4% para a Assembleia Municipal (13,6% de subida) e 21,2% para as Assembleias de Freguesia (subida de 16,7%). Subiu ainda 5734 votos em relação aos resultados para a Assembleia da República de 1980, e teve a maior votação de sempre em 9 Freguesias.

PS recupera

Prossegue o comunicado, debruçando-se sobre a parcial recuperação eleitoral PS: «O Partido Socialista — que beneficiou largamente do descontentamento popular em relação à

política da «AD» e da acção de esclarecimento e de mobilização das populações levada a cabo pela Aliança Povo Unido e pelo PCP, e da cobertura que foi dada à sua campanha pelos órgãos de comunicação social, com particular destaque para o «Jornal de Notícias» e «Comércio do Porto» que tudo fizeram para procurar marginalizar a APU e incutir no eleitorado a ideia que a única alternativa à «AD» era o PS — conseguiu apenas uma recuperação parcial do seu eleitorado e de algumas das suas posições nos órgãos autárquicos: o PS ganhou 3 Freguesias, desceu na sua votação em 5. Ganhou mais 11 mandatos; subiu 6101 votos para a Câmara e perdeu 7599 votos em relação à sua votação em 80 para a Assembleia da República».

O Comité Local do Porto afirma noutra passagem do seu documento:

«A cidade do Porto tem gravíssimos problemas que ao longo dos anos se têm agudizado e que afligem duramente a população. Os dramáticos problemas de habitação, os lixos, o caos do trânsito e transportes, a qualidade e quantidade de água, o preço da electricidade, a vida cultural e desportiva, etc., exigem um empenhamento grande de todos os eleitos sérios e honestos, que estejam dispostos a colocar os interesses da população e da cidade acima dos seus interesses pessoais e de grupo.

«A perda do domínio absoluto da «AD» nos órgãos autárquicos da cidade, a começar pela Câmara, abre perspectivas novas que não podem ser desaproveitadas pelas forças e pelos homens e mulheres que se dizem defender os interesses do Povo.

«As autarquias, a sua existência e o seu funcionamento democrático, constituem uma importante conquista da população, que há que respeitar, defender e fortalecer, que há que transformar cada vez mais em instrumentos para a resolução dos seus problemas concretos».

Os eleitos comunistas, salienta o CLP, afirmam-se «dispostos a assumir todas as responsabilidades nos vários órgãos, câmara, assembleia municipal, juntas e assembleias de freguesia, certos de que a presença o trabalho dos eleitos da APU é fundamental para assegurar um efectivo e eficaz funcionamento dos órgãos e um elemento essencial no desenvolvimento duma política que defenda a cidade e os portuenses».

PCP alerta a população

E mais adiante: «Os comunistas declaram-se dispostos a concretizar a vontade do eleitorado que lutou e votou esmagadoramente contra a política de corrupção e compadrio, pela existência de órgãos democráticos, no reforço da APU. Os eleitos comunistas declaram-se dispostos a discutir com todos os eleitos a concretização destes objectivos. Não serve os interesses da população e não ajuda a resolver os seus problemas; a formação de Juntas de Freguesia de maioria ou totalmente constituídas por elementos que irão continuar a política que foi derrotada nas eleições de 12 de Dezembro; as tentativas de isolamento e combate à APU; deixar os reaccionários de mãos livres para continuar a sua política antipolar, a troca de lugares nas assembleias que apenas serviram para fazer demagogia; o aproveitamento das posições nos órgãos autárquicos não para re-

solver os problemas das populações mas para fins meramente partidários, jogando no seu não funcionamento e na sua desestabilização; a constituição de conselhos de administração dos serviços municipalizados de gás e electricidade e das águas e saneamento que não correspondam a uma política virada para a defesa dos interesses dos moradores e para a resolução de problemas fundamentais da cidade.

«O CLP do PCP alerta a população e os trabalhadores do Porto para concepções e comportamentos de eleitos do PS e da Federação do Porto, que correspondem na prática, à concretização de amplos acordos entre o PS e a «AD» (ou o PSD ou o CDS) e à tentativa de isolamento da APU.

«Cancelando encontros com eleitos da APU, nomeadamente um encontro proposto pelo arquitecto. Rosado Correia (PS) à APU e por esta aceite, ou recusando-os, desenvolvendo a teoria da «oposição civilizada» e selectiva a Paulo Valada, entregando de mão beijada à «AD» Juntas Inteiras, defendendo a escandalosa e bizarra ideia da «homogeneidade» (socialista, claro) de órgãos municipais e de freguesia — o PS dá mostras de insistir em posições que enfraquecem e minam a enorme vitória alcançada em 12 de Dezembro pelas forças democráticas na cidade do Porto.

«O propósito anunciado pelo PS de, arrogantemente, apresentar sem consulta, uma lista para a mesa da Assembleia Municipal conduz em linha recta à divisão dos democratas e à eleição de Neiva de Oliveira (CDS), o que parece corresponder também ao acordo PS-«AD».

«O PCP não é nem será muíeta de quaisquer outros partidos. Os eleitos do PCP recusam servir de apoio a forças políticas que, aparentando posições democráticas, se serviriam desse apoio para acordos e negociações com a direita. Tal rótulo democrático permitir-lhes-ia concentrar automaticamente apoios que, depois, em nome do «cavalheirismo civilizado», seriam usados para negociar e trair os interesses da cidade. Os comunistas apoiam e apoiarão o que for justo venha onde vier e rejeitam e rejeitarão o que for injusto venha também onde vier, incluindo as propostas para definição da composição dos órgãos autárquicos e dos Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados.

«O PCP tem uma política própria com crescente apoio eleitoral que corresponde aos interesses dos trabalhadores e das populações. É na base dessa política e dos compromissos firmemente assumidos perante a população que o PCP está disposto a dialogar com todos os eleitos, visando encontrar as soluções que melhor sirvam o funcionamento democrático dos órgãos do Poder Local e que, sobretudo, criem condições para a melhor defesa possível dos interesses populares.

«Durante o mês de Janeiro vão ser eleitos os executivos das Juntas, as mesas das Assembleias e nomeados os Conselhos de Administração dos serviços. O CLP do PCP alerta para que o voto e as esperanças do eleitorado não sejam traídas».

A terminar, o CLP sublinha: «É na APU, no seu alargamento e fortalecimento, que hoje se situa o quadro fundamental e realista da unidade democrática. Naturalmente que o fortalecimento e o alargamento da APU implicam uma dinamização cada vez maior das suas comissões, a ligação estreita às populações e o crescente envolvimento na acção e nas decisões dos seus milhares de activistas.

«A APU é hoje o ponto de referência obrigatório e essencial da unidade política de comunistas, independentes, homens e mulheres sem partido e de um número cada vez maior de socialistas».

Nacional

Lista unitária vence no ISE

A candidatura unitária, lista «B», venceu as eleições realizadas para a Assembleia de Representantes e para o Conselho Pedagógico do Superior de Economia de Lisboa.

A lista unitária integra militantes da Juventude Comunista Portuguesa.

Estas eleições para os órgãos da gestão do ISE assumem particular importância pelo facto de serem as primeiras que se realizam este ano lectivo na Academia de Lisboa.

A lista vencedora obteve 530 votos contra os 402 obtidos pela lista apoiada pela JSD e 225 votos da lista da Juventude Socialista.

Um dos aspectos mais salientes destas eleições foi a queda da lista apoiada pela JS que perdeu um mandato a favor da lista unitária.



«O PSD pretende atingir alguns objectivos políticos que não são favoráveis a um bom desenvolvimento da vida pública na Região», alerta a organização do PCP nos Açores.

Região Autónoma dos Açores

PCP comenta remodelação do Governo Regional

A propósito da recente remodelação do Governo Regional dos Açores, «com a qual o PSD pretende atingir alguns objectivos políticos que não são favoráveis a um bom desenvolvimento da vida pública na Região», a Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP divulgou no passado dia 14, na cidade da Horta, uma nota em que se refere a dado passo:

«A nomeação de Octaviano Mota para Secretário Regional do Trabalho visa apenas o agravamento da política laboral do Governo, dado tratar-se de uma per-

sonalidade que do mundo do trabalho tem tido sempre uma visão claramente favorável aos interesses do patronato, procurando o enfraquecimento da organização e da capacidade reivindicativa dos trabalhadores da Região».

Os comunistas açorianos salientam, por outro lado, que «a atribuição ao Secretário Regional adjunto da competência para a coordenação da Cooperação Externa tem sentido político pouco claro e visa a criação de uma imagem pública das competências do Governo Regional não consentânea com a Constituição e com o estatuto da Região».

No âmbito da política económica, «a concentração dos sectores das Finanças e do Planeamento Económico numa só Secretaria», aponta a DORAA, «é indicadora das graves e reais dificuldades do PSD na gestão dos problemas económicos regionais».

A finalizar a sua oportuna nota informativa, a organização do PCP nos Açores «chama a atenção da opinião pública para o evidente facto destas remodelações não terem, em si mesmo, nenhum significado no que toca às alterações democráticas que há que introduzir na vida política regional».

Maternidade
Planeamento Familiar
e Aborto



Maternidade
Planeamento Familiar
Aborto

edições
Avante!

Trabalhadores

Aumentos não faltam E salários como é?

● FP continua a reclamar aumentos a partir de Janeiro

«Aumentam os preços, aumentam a nossa miséria com os aumentos da "AD" / Congelam os salários mínimos / Não mais "AD" no Governo / Queremos eleições / É tempo de dizer basta / Não é uma fatalidade esta situação / Quem pode aguentar, como vamos viver» e outras exclamações do mesmo teor constituem, por assim dizer, a marca das preocupações populares conforme se manifestam num folheto distribuído em Lisboa e assinado pela Associação dos Inquilinos, MURPI distrital (movimento dos reformados) MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e Departamento de Jovens e Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa/CGTP-IN.

Quanto a salários e como a Função Pública é um dos sectores mais sensíveis, porque tem sido um dos mais duramente atingidos pela confrontação «AD», a respectiva Frente Comum e Federação sindical estão entre as associações sindicais mais activas no sentido de desbloquear as negociações e obter salários compatíveis, pelo menos compatíveis, com a última subida do custo de vida. Assim é que a Frente Comum de Sindicatos da Função Pública em comunicado dos princípios deste mês reafirmava que os TFP «têm direito a aumentos a partir de Janeiro» e sublinhava que «a situação económica dos trabalhadores da Função Pública se degrada diariamente», pelo que a «revisão salarial não pode depender de "tectos" artificialmente impostos pelo Governo, mas sim da desvalorização efectiva dos salários provocada pela inflação». No final de 1982, era já superior a 23 por cento.

Os TFP, dispostos a continuar a luta «por aumentos justos a Janeiro», isto é, com efeitos a partir daquele mês, lembram que esse direito lhes é garantido pelo Decreto-Lei 15-A/82, que impõe a revisão a partir de 1 do corrente.

Nesse sentido têm sido desenvolvidas pelos Sindicatos integrantes da Frente Comum, pela comissão negociadora sindical e pela Federação sindical do sector todas as diligências possíveis junto dos responsáveis, ou de algum modo responsáveis, pelos departamentos governamentais capazes de adiantar essas negociações, garantindo o cumprimento do prazo legal para a entrada em vigor dos novos salários.

A situação anunciada pela CNS da FP em princípios de Janeiro mantinha-se no início desta semana. Afirmava nessa altura, 3 do corrente, a comissão sindical negociadora:

«O Governo encontra-se totalmente paralisado com os ministros mais preocupados com os seus futuros cargos do que com a resolução dos problemas fundamentais dos trabalhadores e do País». Se é que alguma vez estiveram, para já não dizer preocupados, mas apenas atentos... a esses problemas.

As organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Função Pública, designadamente a Federação de âmbito nacional, a frente comum e a comissão negociadora onde estão representados cerca de 30 sindicatos, continuam a insistir nas negociações, mesmo com os representantes de um governo demitido, designadamente porque

se este tem «legitimidade» para aumentar os preços, também pode aumentar os salários.

«Quanto aos aumentos salariais — citamos ainda o comunicado da CNS — este ou qualquer outro Governo com funções de gestão tem mecanismos legais que lhe permitem negociar com os Sindicatos e decretar rapidamente os novos salários, diuturnidades e subsídio de refeição». Recordar-se muito brevemente que a FP, através das suas organizações representativas, reivindica aumentos salariais compatíveis já não com a perda do poder de compra muito recente (o do ano passado por exemplo, em que os aumentos salariais foram, como se sabe inferiores a 11 por cento) mas nada mais que uma actualização de acordo com os aumentos recentes, enquanto que por o Governo «AD» ou alguém por ele não quer ultrapassar um «tecto» salarial que em vez de aumentar tem vindo a descer continuamente, ameaçando esmagar qualquer reivindicação global superior a 17 por cento.

Dispostos a deixar-se esmagar não estão no entanto os TFP que, segundo a CNS se manifestavam dispostos a continuar a luta contra o adiamento sucessivo das reuniões com responsáveis governamentais ligados ao sector e que, apesar das dificuldades e mediante esforços continuados, tem conseguido avançar pela «negociação dos aumentos a Janeiro, pela defesa do direito ao trabalho, contra os despedimentos, por novas carreiras, pela dignificação profissional dos TFP».

Plenário da Inter

Aprovadas formas de luta que a situação venha a exigir

● IV Congresso de 11 a 13 de Março

O secretariado nacional da CGTP-IN foi mandatado pelo Plenário Nacional de Sindicatos de 14 do corrente para, «de acordo com a evolução da situação político-sindical, decidir sobre as formas de luta que os interesses dos trabalhadores e do País venham a exigir».

Aquele órgão máximo da Central entre Congressos, reunido em Lisboa com a presença de 151 associações sindicais, incluindo 13 Sindicatos não filiados, decidiu «apelar aos trabalhadores e à população para se manifestarem organizadamente contra o aumento do custo de vida».

Ainda segundo o Plenário,

que aprovou no final dos trabalhos uma «resolução político-sindical», importa «intensificar a luta em todas as frentes onde estão em jogo os interesses dos trabalhadores».

O Plenário manifestou-se, em 5 pontos, pela imediata actualização dos salários mínimos nacionais que deviam

ter entrado em vigor em 1 de Outubro do ano findo; contra o aumento insustentável do custo de vida; contra os despedimentos e a repressão patronal; por aumentos salariais ao nível das empresas e da contratação colectiva, por forma a fazer face à degradação das condições de vida; pela abolição das taxas da saúde; pelo pagamento dos salários em atraso e a manutenção dos postos de trabalho.

A resolução político-sindical sublinha que é «inacépt-

vel e injustificada a tese da necessidade imperiosa da aprovação do OGE (Orçamento Geral do Estado)».

Naquele documento, o Plenário reafirma que «um governo AD, com ou sem OGE, seria uma catástrofe».

«A CGTP-IN não pode deixar de sublinhar as responsabilidades que as forças políticas, os democratas e, em especial, o órgão de soberania Presidente da República, assumem no desfecho da actual crise política», acrescenta a resolução.

«Os trabalhadores e o seu movimento sindical entendem que não há outra solução que não seja aquela pela qual vêm lutando e que reclama insistentemente a formação de um governo democrático de gestão».

O Plenário, que aprovou o orçamento anual da CGTP-IN, ouviu várias intervenções sobre a preparação do IV Congresso da Central, marcado para os dias 11 a 13 de Março do ano corrente.

Concentração em Lisboa

Setenave ameaçada

● Ministro fala de reconversão

Setenave sem garantia de pagamento de salários e sem meios para trabalhar é uma empresa com mais de 6000 trabalhadores.

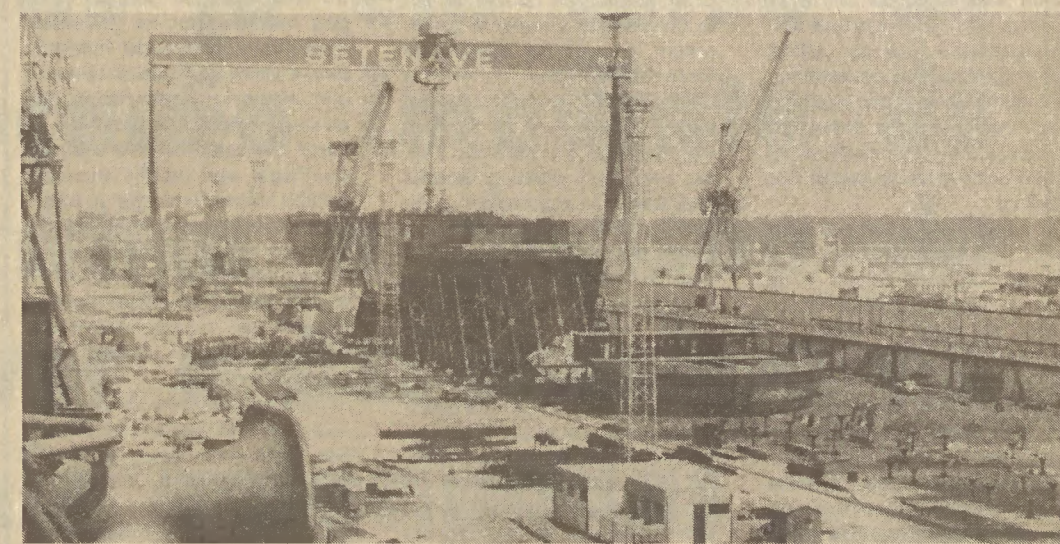
No seguimento da luta que têm travado muitos deles concentraram-se sexta-feira em frente ao Ministério das Finanças apoiando uma sua delegação recebida por João Salgueiro que remeteu o assunto para o «conselho de ministros».

O titular do PPD daquela pasta em vez de quaisquer garantias de pagamento de sala-

rios (de Dezembro ainda por pagar o 13.º mês) adiantou que é preciso um «estudo de reconversão» da empresa, nacionalizada, como se sabe.

Dos mais de 6000 trabalhadores da Setenave, em risco iminente de desemprego e sem alternativas de colocação no ramo da indústria naval, dependem para cima de 18 mil pessoas que estão sem salários por inteiro desde Novembro.

A situação é semelhante em todo o sector.



Por melhores salários Forte adesão na BIS

Os cerca de 200 trabalhadores da BIS-Sociedade Industrial de Borrachas da Venda Nova continuam a sua luta por aumentos salariais e por outras reivindicações relacionadas com a contratação colectiva.

Aumentos de 25,8 por cento, redução das horas de trabalho, promoções automáticas fazem parte da proposta apresentada pelo Sindicato dos Químicos do Centro que o patronato inicialmente se recusou a aceitar.

Vários dias de greve, a que nos referimos na semana pas-

sada, obrigaram os patrões a apresentar uma contraproposta que aumentou em termos de salários de 2200 para 2600 escudos.

Esta contraproposta patronal está muito aquém das reivindicações apresentadas, consideram os trabalhadores e o Sindicato, que decidiram continuar a luta pelas reivindicações apresentadas inicialmente.

A adesão às greves da semana passada foi superior a 90 por cento, afirma o Sindicato do sector.

Banca e Seguros em Encontro Nacional

As comissões coordenadoras das CT's da Banca e dos Seguros promoveram ontem a sua primeira reunião conjunta de âmbito nacional. Sem informações sobre os resultados do Encontro devido à nossa data de saída, assinala-se ainda assim e desde já a importância desta primeira iniciativa a que nos referiremos na semana que vem.

O Encontro Nacional das CT's daqueles sectores nacionalizados ocorre numa altura em que se agrava a escalada governamental no seguimento dos ataques contra as nacionalizações, apoiados numa gestão antinacional desviada das suas funções constitucionais no interesse do grande capital.

Paralisações na Cabos Ávila

Hoje dia 20, a não haver alteração, decorrerá o segundo dia de greve marcado para esta semana pelos trabalhadores da empresa Cabos Ávila.

O patronato, apesar das várias formas de luta já adoptadas e da firmeza demonstrada pelos trabalhadores, tem continuado a não respeitar sequer simples protocolos e datas de negociação.

Novas formas de luta poderão entretanto ocorrer, se a en-

tidade patronal não se decidir finalmente a negociar com os representantes dos trabalhadores o resto do acordo de empresa.

Do ramo das indústrias eléctricas, a Cabos Ávila é uma empresa próspera, onde a grande maioria do pessoal é representada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que faz parte da comissão negociadora sindical.

Poder local

«AD» é um trambolho ao pescoço do País

Ourique e Fundão abriram no passado fim-de-semana um parêntesis na crise em que o colapso da «AD» continua a afundar o nosso país. Ou melhor: a repetição dos actos eleitorais autárquicos nestes dois concelhos, verificada no passado fim-de-semana, especificaram mais miudamente até que ponto a «AD» é um trambolho ao pescoço do País e como este o sacode cada vez com mais veemência.

A repetição destes dois actos eleitorais teve como origem dois protestos — em Ourique do PPD/PSD, no Fundão da APU. Só que a fundamentação do primeiro prefigura uma golpada que ainda vai dar muito que falar — qualquer coisa como a acusação de irregularidades nos cadernos eleitorais que tinham sido elaborados... pelos próprios queixosos (PPD/PSD), enquanto o segundo, apresentado pela APU em relação a parte do concelho do Fundão, apontava, sem remissão, a irregularidade de doze assembleias de voto que no passado dia 12 de Dezembro não remeteram à Assembleia de Apuramento Gegal os votos nulos.

A contagem dos votos nesta repetição eleitoral dariam espectaculares vitórias à Aliança

Povo Unido, correspondendo a derrotas sem apelo da Aliança reacçãoária; o significado político destes resultados é óbvio: vertiginosa desagregação política, social e eleitoral da «AD» e reforço das forças democráticas mais consequentes na defesa de Abril.

Olhando para os resultados provisórios verificamos, em Ourique, que a APU passou dos

2107 votos obtidos em Dezembro último para 2441, conquistados na repetição das eleições autárquicas em Santana da Serra e Ourique (freguesias), o que aumentou para mais do dobro a margem de vitória sobre o PPD/PSD (que se situava nos 60 votos).

Quanto ao Fundão, a APU

registaria uma subida de 383 votos, passando de 10,7% para 14% na percentagem global das votações e arrebatando assim um vereador à «AD», que perderia a sua maioria absoluta. Os 173 votos de subdistribuidos pela aliança reacçãoária ficariam submergi- dos pelo espectacular aumento da APU.

CONCELHO DE OURIQUE ELEIÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL

Designação	Freguesia de Ourique				Freguesia de Santana da Serra			
	12/Dez	16/Jan	Diferença		12/Dez	16/Jan	Diferença	
Inscritos	2729	2697	- 32		1620	1581	- 39	
Abstencções	697	452	- 245		572	324	- 248	
Votantes	2032	2245	+ 213		1048	1257	+ 209	
Brancos	29	{ 55	{ + 3		28	{ 20	{ - 25	
Nulos	23				17			
APU	973	1192	+ 219		180	295	+ 115	
PSD	893	955	+ 62		660	861	+ 201	
PS	114	43	- 71		163	81	- 82	

● Dados os resultados provisórios do quadro acima, as posições das três forças concorrentes às eleições repetidas em Ourique evoluíram do seguinte modo, de 12 de Dezembro de 1982 para 16 de Janeiro de 1983: APU: — de 2107 votos para 2441; PPD/PSD: — de 2047 votos para 2310; PS: — de 552 para 446.

● Os dados relativos às eleições de 12 de Dezembro de 1982 são os determinados já depois das correcções introduzidas pela Assembleia de Apuramento, sendo portanto diferentes dos resultados provisórios fornecidos inicialmente pelo STAPE.

Os dados relativos às eleições de 16 de Janeiro de 1983 são os provisórios, portanto antes da Assembleia de Apuramento introduzir eventuais alterações

PS e posses autárquicas

Algumas no cravo ... muitas na ferradura

Com excepção de Vizela, o quadro das eleições gerais autárquicas está agora completo, após a repetição no passado domingo das votações em Tourém, freguesia do concelho de Montalegre, em Ourique e no Fundão.

A parte Tourém, onde o PS (que em 12 de Dezembro ganhara a Junta por um voto ao PSD, e agora a perdeu em favor do mesmo PSD por dois votos) admite vir a impugnar, pode dizer-se que os resultados embora provisórios não serão contestados. Para a APU é a confirmação e o reforço da vitória de 12 de Dezembro: no Fundão, pela primeira vez um vereador APU e o fim da maioria absoluta «AD», e ainda a presidência da Junta de Vale de Prazeres; em Ourique, a duplicação da diferença que colocara a APU à frente do PPD e lhe dera legitimamente a vitória.

São assim 55 Câmaras APU — e destas, cinco onde pela primeira vez as populações podem contar com presidências e maiorias que lhes são inteiramente devotadas.

Há no entanto muitas autarquias onde a APU é maioria relativa, e outras onde, tendo mesmo subido significativamente no apoio das populações, não foi a força mais votada. Num e noutro caso, na actual fase que é a da instalação e posse dos órgãos eleitos e a da eleição de mesas e executivos, uma nova batalha está em curso: a da representatividade, e representatividade verdadeiramente democrática, que concede à APU «a possibilidade de intervir na gestão dos problemas do concelho de acordo com a expressão do voto popular».

As palavras que acabamos de citar são de Melo de Carvalho, vereador eleito à CM de Oeiras, que assim interpreta uma reivindicação de fundo da APU — e simultaneamente põe o dedo na chaga do comportamento antidemocrático do PS, do qual legitimamente se esperaria (ou desejaria) que não se aliasse à direita para arrear dos executivos das Juntas, das mesas das Assembleias Municipais e

dos lugares de vereadores a tempo inteiro a única força que em todas as autarquias e em todas as circunstâncias se tem distinguido pelo volume e qualidade do trabalho dos seus eleitos, pela transparência na gestão (ou na intervenção) autárquica, pela comprovada disponibilidade para a «viabilização sistemática (são ainda palavras de Melo de Carvalho) de todos os projectos e propostas com legitimidade de quaisquer outras forças políticas».

Basta ir ao concelho vizinho de Sintra, onde a APU, como em Oeiras, é a segunda força; o PS distribuiu entre si e a «AD», os lugares na Mesa da Assembleia Municipal, e justificou-o pela necessidade de «arranjar consenso»...

«neste tempo de crise e carência de meios»...

Assim foi também na AM de Lisboa e até, por exemplo, em Nisa. Aqui a APU é força maioritária com 12 eleitos e ficou sem um só representante na Mesa, batida pela aliança «AD»/PS, que entre si somam 13 lugares!

E quantas outras situações do mesmo tipo. Concretizadas já. Ou a serem cozinhadas em acordos «que não há»...

Em nome das populações se lamenta.

Como, no entanto, em nome das populações, dos comunistas e de todos os democratas — incluindo socialistas — que dão corpo à Aliança Povo Unido, se saúdam os eleitos do PS que se juntam aos eleitos da APU para assegurar o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos ao serviço das populações — como foi já o caso da AM de Constância, cuja Mesa ficou constituída por dois representantes da APU e um do PS (sendo aí no entanto o PSD a força mais votada), assim se concretizando uma maioria democrática consequente.

Como ainda se saúdam os militantes socialistas («que o sou e continuarei a ser» — afirmava um deles à nossa reportagem) que por exemplo no domingo em Ourique contribuíram com o seu voto de democratas para reforçar a vitória dos democratas da APU.

Nacional

Um programa de acções imediatas em defesa da mulher

A protecção social da mulher e da maternidade continua no centro das preocupações e das acções colectivas incentivadas pelo MDM. Nas conclusões tornadas públicas de uma reunião da sua Direcção Distrital de Lisboa realizada no passado sábado, e posteriormente em conferência de imprensa que as explicitou, o MDM dá grande destaque às acções de carácter reivindicativo que se propõe apoiar nos domínios da saúde, da assistência materno-infantil e do planeamento familiar.

Assim, anuncia acções de mobilização das mulheres do distrito nomeadamente para exigir junto do Ministério dos Assuntos Sociais a abertura dos Centros de Saúde de Amadora, Bucelas e Unhos — já construídos — e a instalação da Maternidade-hospital de Loures, para a qual a Câmara já cedeu e urbanizou terreno.

De Loures — foi recordado na conferência de imprensa — cerca de 6 mil parturientes vieram no ano passado para a Maternidade Alfredo da Costa; partos sem assistência, sobretudo nas freguesias rurais do concelho, e em ambulâncias continuam a ser frequentes. Sobre as razões têm pois o MDM, a CM Loures e técnicos de saúde para se terem constituído em comissão promotora da instalação da Maternidade, a favor da qual corre também um abaixo-assinado que conta já

com mais de 13 mil assinaturas.

Por outro lado, o MDM denuncia a retirada de valência de Planeamento Familiar em Centros de Saúde, esvaziados de técnicos por ordem do Ministério, e cita como exemplo o concelho de Vila Franca de Xira.

Acentuam-se as discriminações

Este último exemplo, aliás, ilustra claramente uma conclusão central da reunião do MDM a que nos vimos referindo: quase quatro anos de governo «AD» são outros tantos de ataque à legislação progressista existente, e a estruturas que iam sendo postas de pé, nomeadamente no que respeita aos direitos das mulheres. Se é, por um lado, a situação política, económica e social, que tem provocado a degradação brutal da qualidade de vida dos

portugueses (na alimentação, habitação, saúde, emprego, educação, etc.) e claramente acentua, dir-se-ia «automaticamente», as discriminações de que são vítimas as mulheres na sociedade portuguesa, é, por outro lado, o atentado «à igualdade de direitos na sociedade, no trabalho e na família que a lei consagra e que está longe — e com um governo «AD» cada vez mais longe... — da vida diária das mulheres portuguesas».

O MDM lembra a proposta a proposta de Lei de bases da família, da sra. secretária de Estado da Família, «que resume bem o seu (dele e da «AD») pensamento conservador e fascizante do papel da mulher na família», e a hipocrisia da maioria «AD» e do governo «AD» face à Interrupção Voluntária da Gravidez, — uma recusa na AR completada com alterações ao Código Penal que são, uma e outras, «claros apoios aos que vivem do aborto clandestino».

Um programa para o 8 de Março

Os primeiros elementos também agora divulgados acerca das comemorações do 8 de Março próximo em Lisboa indi-

cam que o MDM se centrará na continuação da exigência da legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e da aprovação final e regulamentação, «de acordo com os projectos que foram apresentados pelo PCP», das leis de Protecção e Defesa da Maternidade e Planeamento Familiar e Educação Sexual de modo a que possam ser rapidamente postas em prática. Estes objectivos vão traduzir-se, pelo 8 de Março, na distribuição de documentos e outras acções a integrar em sessões e espectáculos.

Por outro lado, o MDM prossegue a mobilização para acções de protesto contra a alta do custo de vida. No plano da vida local, organiza e apela à participação das mulheres, estabelecendo contactos com as autarquias, comissões de moradores, colectividões, e — sendo eleitas nos órgãos de Poder Local — empenhando-se aí na resolução dos problemas que mais afectam as mulheres.

Para debate destes problemas e reivindicações o MDM vai organizar proximamente encontros concelhios abertos, nomeadamente em Loures, Vila Franca de Xira, Amadora e Sintra.



Internacional



A «Declaração de Manágua» é um verdadeiro libelo acusatório contra os Estados Unidos — onde, entretanto, como documenta a foto, continuam a ser trelnados contra-revolucionários nicaraguenses

Não-Alinhados condenam EUA

A Conferência ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados que na semana passada reuniu em Manágua, capital da Nicarágua, 116 delegações de 85 países, saldou-se numa forte condenação da política dos Estados Unidos contra a revolução sandinista, o imperialismo e o colonialismo.

Dedicada essencialmente à América Latina e em particular à situação que se vive na América Central, a reunião dos Não-Alinhados constituiu um passo importante na formação de uma nova solidariedade latino-americana fora do âmbito das organizações controladas pela administração norte-americana, dando vida ao desejo de mudança que começou a fazer-se sentir após a guerra das Malvinas.

A eleição da Nicarágua para o conselho das Nações Unidas, em Outubro último, foi já uma expressão desse sentimento, tal como a escolha da Nicarágua para a realização da conferência, a última deste tipo antes da cimeira do Movimento que terá lugar em Março, em Nova Deli, na Índia.

De nada serviu aos Estados Unidos a intensa actividade diplomática desenvolvida junto de diferentes países membros do Movimento dos Não-Alinhados mal foi difundido o projecto de resolução política elaborado pela Nicarágua uma semana antes da conferência. As «pre-ocupações» da administração Reagan quanto à «dureza» do documento, considerado como sendo ainda mais forte do que o aprovado anteriormente em Havana, em Junho passado, não conseguiram demover nem mesmo os países tidos como mais «moderados».

A «Declaração de Manágua», num texto de 64 artigos, condena não só o governo de Reagan pela sua «política de agressão, de desestabilização e de utilização dos países vizi-

nhos para atacar a Nicarágua», mas alerta ainda para o perigo que representa para toda a América Central a escalada da presença sionista na região. Como se sabe e foi amplamente denunciado durante a conferência, o mais fiel aliado dos Estados Unidos no Médio Oriente está empenhado em lançar uma campanha de graves conflitos na América Latina, de que é prova a recente assinatura de importantes acordos de cooperação militar com as Honduras. Honduras que «por acaso» são o cão de fila do imperialismo norte-americano na primeira linha dos ataques contra a Nicarágua.

Basta recordar as situações que se vivem em El Salvador, Guatemala, Uruguai; a gravíssima crise económica da generalidade dos países daquele subcontinente, cuja dívida externa ascende a 300 mil milhões de dólares; as ameaças, retaliações, embargos e boicotes ao desenvolvimento de Cuba e Nicarágua; o apoio descarado de Washington à Grã-Bretanha no conflito desta com a Argentina sobre a questão das Malvinas, para se compreender que não será à falta de razões que o Movimento dos Não-Alinhados em geral e os países latino-americanos em particular deixarão de condenar a política norte-americana.

As ameaças de Washington aos países do Movimento que aprovassem qualquer declaração qualificando os Estados Unidos como «agressor» — denunciados pelo ministro dos

Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto — não surtiram efeito. Tal como parece não estar a dar resultado a utilização do Vaticano na campanha de pressões sobre Manágua, como curiosamente denunciava há dias o jornal mexicano «Excelsior», reconhecidamente moderado.

No dizer do «Excelsior», o Vaticano está empenhado em conseguir a demissão dos quatro religiosos que ocupam cargos importantes no governo sandinista, prevendo mesmo que a visita do Papa à Nicarágua esteja na dependência de tal eventualidade. A propósito o jornal mexicano recorda a carta do Papa aos bispos nicaraguais convidando-os a lutar contra «o inimigo interno» bem como a substituição de pelo menos 55 padres que se identificam com o processo revolucionário por outros claramente conservadores ou contra o regime sandinista.

Esta intervenção directa do Vaticano, efectuada três semanas após o encontro de Reagan com o Papa, é tida na América Latina como fazendo parte de um plano mais vasto, cujo verdadeiro objectivo é destruir a participação activa e organizada dos cristãos no projecto revolucionário da Nicarágua e não só.

O que no fundo constitui mais um motivo para que o Movimento dos Não-Alinhados condenem a política Reagan, que não olha a meios para atingir os seus fins.

A «Declaração de Manágua» é um verdadeiro libelo acusatório para os Estados Unidos. O consenso que permitiu a sua aprovação é uma esperança para a Cimeira de Nova Deli no caminho da unidade e do cerrar fileiras contra o inimigo comum, pela independência, pela liberdade, pela paz.

Um risco de confronto nuclear para todo o mundo, para muitos anos

— Denúncia Gromyko em Bona

Se falar de «ofensiva de paz», quando nos referimos à política externa soviética, é uma expressão particularmente adequada, podemos bem afirmar que ela o é mais do que nunca neste início de 1983 — o ano em que a NATO pretende a instalação de novos mísseis nucleares americanos na Europa. Não há visita, contacto, reunião, não passa rigorosamente uma semana, sem que novas propostas sejam avançadas pela União Soviética no sentido do desarmamento, sem que seja reafirmada, de forma bem concreta, a sua vontade de paz.

Agora, com a visita oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, camarada Gromyko, à RFA, uma vez mais se repete essa característica de fundo, que na verdade constitui o próprio conteúdo da política externa soviética, da política externa inerente ao socialismo.

De destacar antes dos mais, nesta visita, a sua importância, o seu significado.

Primeiro porque se trata de uma visita, a convite do governo da RFA, tratando-se embora de um governo de democratas-cristãos e liberais, portanto propenso a uma mais íntima ligação com a política da Casa Branca, num país onde o anti-

comunismo, também com os sociais-democratas, enforma em muito a política de Estado (basta relembrar aqui as interdições profissionais). O que reflecte, e não é demais repeti-lo, a necessidade de paz como um facto objectivo, no plano da própria sobrevivência, como no plano da grave crise do sistema capitalista. E simultaneamente a força do movimento da paz, a força da política de paz, a posição destacada do movimento da paz na RFA.

Em segundo lugar, porque a RFA é, não só um dos países da Europa onde está prevista a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos, como o único país europeu

onde está prevista a instalação dos «Pershing II», que podem atingir em poucos minutos objectivos estratégicos bem no interior do território soviético (aliás é esse de facto o objectivo).

Nesta visita, Gromyko alertou, uma vez mais, para o facto de que «a realização do programa de rearmamento da NATO, que prevê a instalação de 572 euromísseis em fins de 1983 em cinco países da Europa ocidental, constituirá, para todo o mundo e durante muitos anos, um risco de confronto nuclear com todas as consequências que dele resultam».

Reafirmando que a União Soviética nunca admitirá o desarmamento unilateral, referiu uma vez mais a proposta soviética de conservar na zona europeia apenas o mesmo número de mísseis da Grã-Bretanha e da França, e afirmou a disposição, por parte da União Soviética, de estabelecer tectos idênticos para os aviões portadores de armas nucleares, de fazer recuar mísseis de

médio alcance para uma zona de onde já não seja possível atingir a Europa Ocidental e ainda, de limitar quantitativamente os mísseis tácticos, naturalmente na base da reciprocidade.

E bem se pode afirmar, vezes sem conta, que estas propostas não passam de demagogia, visam apenas a divisão da NATO, não constituem base séria para o desarmamento.

Porque a verdade é que se mete pelos olhos dentro que não se trata de pretensas propostas de paz, como a «opção zero» de Reagan (com que se pretendia um desarmamento unilateral, ou melhor, a sabotagem de conversações), mas antes de propostas, não só sérias, como realistas, pois que estão mesmo a merecer o apoio de governos e dirigentes do mundo capitalista. E que são acompanhadas de actos muito concretos como a interrupção unilateral do estacionamento de meios nucleares de médio alcance capazes de atingir alvos localizados na Europa Ocidental. A limitação unilateral desses meios. O não

estacionamento de novos mísseis de médio alcance também para lá dos Urais.

Entretanto os EUA decidem a instalação de mísseis MX nos EUA e prosseguem com os planos para instalação dos novos mísseis nucleares na Europa.

Mais, elaboram detalhados planos de guerra nuclear, como é o caso da «Directiva no Domínio da Defesa para os Exercícios Financeiros de 1984/88», divulgada pela agência norte-americana UPI, em que se defende, antes do mais, um primeiro golpe nuclear contra a União Soviética, se refere a possibilidade de uma intervenção directa no Médio Oriente, se aponta para a interrupção e sabotagem de quaisquer conversações de que possa resultar a travagem da corrida aos armamentos.

Os perigos estão à vista, como o estão as amplas possibilidades do movimento da paz. Cujo reforço é inadiável, num ano decisivo, em que ficará definida a evolução da situação mundial para muitos anos.

Médio Oriente

Negociações israelo-libanesas são uma farsa

As negociações israelo-libanesas que estão a decorrer sob a égide norte-americana continuam a caracterizar-se por sucessivos impasses onde dois únicos aspectos se revelam com toda a clareza: o desejo dos Estados Unidos em reforçar a sua influência na região e a disposição de Israel em não abandonar o Líbano.

Após várias sessões de trabalho persiste o, desacordo quanto à ordem em que devem ser discutidos os vários pontos em debate, uma vez que a manobra do representante de Reagan não fixando qualquer prioridade de assuntos não impediu que Israel continuasse a recusar falar da retirada das suas tropas.

É evidente que o diálogo é sempre preferível ao confronto e que todo o esforço nunca será demais para que os conflitos se resolvam por via pacífica.

Mas será que estas negociações israelo-libanesas são mesmo um diálogo? Ou não serão antes um diálogo de surdos, como se dizer-se, em que pelo menos uma das partes, para já não falar no mediador, não está interessada em ouvir?

Que credibilidade se pode dar aos responsáveis de Israel que, ao mesmo tempo que semanalmente afirmam uma mão cheia de boas intenções, vão reforçando as suas posições militares no vale de Bekaa?

Como acreditar nas repetidas afirmações dos representantes de Begin quanto aos seus desejos de «paz», quando o reforço das tropas invasoras no Líbano assume tão claramente o carácter de pressão sobre o frágil governo de Amine Gemayel, de modo a obrigá-lo a acatir as exigências de Israel quanto ao que chamam «normalização» das relações entre os dois países, sem discutir a retirada das tropas sionistas?

A provocação é clara. Tão clara como as ameaças do governo sionista à Síria, acusada de preparar no seu território a instalação de mísseis que poderiam destruir os aviões israelitas que sobrevoam o território libanês... o que Telavive se

considera no pleno direito de fazer!!!

Se isto não bastasse, o prosseguimento da colonização e anexação da Cisjordânia serviria para mostrar os reais objectivos de Israel. E de Washington, claro, como mais uma vez se provou com as declarações do presidente israelita Yitzhak Navon após o seu encontro com Reagan na Casa Branca. O homem que se pretende apresentar como «moderado» e figura alternativa a Begin não hesitou em afirmar que a implantação de novos colonatos judeus em territórios ocupados não era nem «ilegal» nem constituía «qualquer obstáculo para a paz».

Palavras muito esclarecedoras quanto às reais intenções norte-americanas, que deitam

por terra a «posição oficial» de Reagan de hostilidade a novos colonatos na Cisjordânia e em Gaza.

Verdadeiramente contra está a população israelita, como mais uma vez foi demonstrado no passado fim-de-semana durante as manifestações promovidas pelo movimento «Paz Agora» na Margem Ocidental de Jordão (Cisjordânia). Milhares de israelitas concentraram-se na cidade ocupada de Efrat para denunciarem a política do governo sionista de Begin e para exigir a coexistência pacífica israelo-árabe.

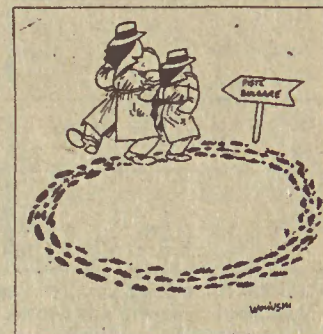
Arafat em Moscovo

O presidente do Comité Executivo da OLP, Yasser Arafat, afirmou a semana passada em Moscovo, no final de uma cimeira soviético-palestina, que se mantém inalterável o apoio da União Soviética à justa luta do povo palestino «em prol da concretização dos seus direitos legítimos e inalienáveis, inclusive o direito de regressar aos seus lares, o direito à autodeterminação e criação do seu próprio Estado independente».

Na altura, Arafat salientou que as afirmações da administração americana de que Washington assume um papel pacificador, no Médio Oriente não passam duma mentira notória. De que política de paz de Reagan — perguntou — é possível falar, se a agressão israelita gozou do apoio militar, financeiro e político dos Estados Unidos?

Os líderes norte-americanos — sublinhou o dirigente palestino — ao dissertarem sobre a paz no Médio Oriente menosprezam o problema palestino que é o problema central da regularização na região. O «plano» de Reagan nem sequer refere o direito do povo árabe da Palestina à autodeterminação.

Enquanto não for concretizado este direito, no Médio Oriente não haverá nem paz, nem estabilidade, nem segurança.



vestigações dirigem-se para um auriaco ligado ao contrabando de armas.

Assim se juntam as pontas de uma mesma meada — política interna antipopular, marginalização dos comunistas, política externa de alinhamento com o imperialismo, provocações contra a comunidade socialista. A coerência dos interesses do grande capital, da Máfia, dos «padrinhos».

Trabalhadores italianos em luta contra o governo

● esfuma-se a «pista búlgara»

Dezenas de milhares de trabalhadores italianos desceram às ruas de Roma, Nápoles, Florença, Génova, Milão, Palermo, no passado dia 11. Em Roma, a brutal intervenção da polícia originou cinco feridos. Em Nápoles, Génova e Florença, os trabalhadores bloquearam o tráfego ferroviário. Em Génova, a manifestação que reuniu 50 000 pessoas, foi acompanhada de greves, de três horas, dos metalúrgicos, têxteis e químicos.

Na sequência deste movimento, as centrais sindicais italianas decidiram o prosseguimento da luta, com greves parcelares, reuniões de trabalhadores nas empresas, e uma greve geral da indústria na terça-feira passada. O PCI manifestou o seu apoio ao movimento popular. Porquê esta grande acção de protesto dos trabalhadores italianos?

As razões imediatas do protesto assentam na decisão tomada na semana anterior, pelo governo italiano, de aumentar as taxas sobre a habitação, os transportes, os electrodomésticos, enquanto se elaboram as linhas gerais de um «segundo pacote» que incluiu a diminuição das despesas do Estado com a saúde e de carácter social, um forte acréscimo das tarifas e um sério agravamento dos impostos. Por outro lado, arrastam-se, sem conclusão, as negociações para renovação dos contratos colectivos de trabalho.

Estas medidas do governo Fanfani, teoricamente destinadas a restaurar a situação económica e financeira do país, são a concretização de uma política que já levou à queda do governo Spadolini, como de outros. Uma política económica típica do capitalismo, que tem vindo a ser sistematicamente rejeitada pelo povo italiano, provocando a queda de sucessivos governos, sem que se abram as portas a verdadeiras soluções.

Em Julho de 82 já tinha sido proposta uma política económica que passava pelo aumento dos preços do petróleo, res-

trições nas prestações sociais, aumento das tarifas, subida de impostos, bloqueamento de salários. A impossibilidade de levar à prática tal política está na base da queda do governo de Spadolini. A mesma política é retomada hoje por Fanfani. O que nem sequer surpreende. Não é por acaso que desde as eleições de 68 nenhuma legislação chegou ao fim em Itália. Em 72, 76 e 79, foi necessário recorrer a eleições antecipadas.

Esta política económica antipopular tem plena correspondência também no plano da política externa.

O governo italiano é um dos que se distingue pela aceitação dos planos belicistas de Washington, em particular do programa de implantação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa.

Mais, registam-se mesmo esforços no sentido de um contributo «mais activo» no seio da NATO (tal como, registre-se mais uma vez, se verifica da parte da direita portuguesa, e em particular deste governo demitido de que se impõe a urgente demissão de facto). Tal «zelo» leva o governo italiano — claramente contestado pelos trabalhadores do seu

país — a ceder mais território para a construção de aeródromos, bases militares e polígonos, em particular na ilha de Lampedusa, próximo da Sicília, onde a NATO decidiu aumentar e modernizar a base de Logan. Chega-se ao ponto de o chefe do Estado-Maior general do Exército italiano, Vittorio Santini, ameaçar demitir-se, como protesto pela sugestão do governo de reduzir também verbas destinadas a fins militares.

Nesta mesma direcção de política externa se insere a provocação montada contra a Bulgária, e com que se tentou também atingir a União Soviética, que é o chamado «caso Antonov». A «pista búlgara» que hoje se esvai em fumo.

Há poucos dias o semanário italiano «O Expresso» divulgou um relato circunstanciado de um encontro entre agentes dos serviços secretos italianos e o terrorista turco Ali Agca, que tentou matar o Papa. O encontro ter-se-ia realizado em princípios de 81, na prisão de Ascoli Piceno, e aí teria sido prometido ao terrorista turco, membro da organização fascista «Lobos cinzentos» que, a troco de uma cooperação que hoje todos sabemos do que se tratava, a pena perpétua a que foi condenado seria reduzida para 10 anos. O semanário italiano acrescenta mesmo que o ministro do Interior, Virgino Rognoni, fez alargar o âmbito da lei sobre terroristas arrependidos, para nela abarcar Ali Agca.

Também o jornal italiano «República» afirmava dias antes que «a suspeita de que se levou Mehmed Ali Agca a designar os búlgaros como seus cúmplices, consolida-se de dia para dia». Actualmente as in-

América Central

Massacres na Guatemala Em nome dos "direitos humanos"

«Xiquin, Sanahi e Paquixic já não existem, as casas foram arrasadas, os habitantes massacrados pelo exército e queimados em fossos comuns. No total, cerca de duzentas e cinquenta famílias sofreram este destino».

Trata-se uma vez mais da Guatemala sob o jugo do ditador Rios Montt, o general fascista a quem Ronald Reagan cumprimenta volta e meia pelos «progressos reais» na consolidação da democracia, pelo «respeito dos direitos humanos».

A denúncia de tão revoltantes massacres chega de fontes insuspeitas: associações de caridade francesas, federal-alemãs e norte-americanas.

No início do ano a revista francesa «Chutari» dava conta do desaparecimento de aldeias guatemaltecas que haviam ajudado a reconstruir após um tremor de terra registado em Fevereiro de 1976 no âmbito de um programa a que haviam chamado «operação esperança». Só que desta vez não se tratou de nenhum abalo telúrico, mas sim da acção devastadora dos homens — se é legítimo chamar-lhes assim — do general Rios Montt.

Dos trezentos e quarenta e oito habitantes da aldeia de Xiquin recenseados pelos franceses que trabalharam na reconstrução da localidade restam hoje dez. A morte substituiu a esperança.

Xiquin não é caso único. Na Guatemala, em cada lugar onde os camponeses recusam vergar-se à ditadura ou são apenas suspeitos de a não apoiar o castigo é o extermínio puro e simples. Para que sirva de exemplo aos considerados rebeldes.

De exemplo em exemplo muitas aldeias foram já varridas do mapa. Os que conseguem sobreviver são poucos e

na-se assim mais clara. Após o seu encontro com o ditador guatemalteco, no princípio do passado mês de Dezembro, um alto responsável da Casa Branca afirmava à imprensa que o general Rios Montt era «um homem de uma grande integridade». Como se vê.

Estas apreciações, onde nunca entram o número dos mortos, mas estão sempre presentes «os direitos humanos» à moda do imperialismo, levaram mesmo Reagan a precisar que os Estados Unidos se empenhariam a apoiar os esforços do 'honesto presidente' para «combater as principais causas da insurreição» na Guatemala.

A provar tal empenhamento o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos informou o Congresso que votará no Banco Internacional de Desenvolvimento a favor de um empréstimo de 18 milhões de dólares à Junta militar guatemalteca.

Mas o «empenhamento» não se fica por aqui. Como recompensa pelos «progressos reais» da democracia de Rios Montt, o Departamento de Estado americano aprovou a venda à Guatemala de diverso material militar, levantando um suspetíssimo embargo de cinco anos à venda de armas à ditadura militar, como foi anunciado na primeira semana deste mês por fontes militares americanas.

O destino dos frutos do empenhamento norte-americano não oferece dúvidas. Trata-se da «defesa dos direitos humanos». De novos meios para varrer mais aldeias do mapa. De outra tentativa desesperada para procurar vencer a luta de um povo contra a ditadura.

raras vezes contam com o apoio necessário para denunciar tais crimes à comunidade internacional.

Quantos massacres não continuarão desconhecidos? Ainda em Agosto passado foram descobertos, a sul da capital da Guatemala, seis cadáveres decapitados. Quantos mais não estarão por descobrir?

Um organismo privado norte-americano divulgava recentemente um estudo sobre o saldo da violência contra a população civil na Guatemala e em Salvador, durante 1982. Quinze mil mortos num só ano! Sem esquecer que muitas vítimas estão por encontrar, integrando ainda o imenso rol dos chamados «desaparecidos» e cujo destino é quase sempre a morte.

Na Guatemala de Rios Montt o ritmo de assassinatos começou a aumentar a partir de Março de 1982, com as chacinhas e destruições efectuadas pela artilharia com o apoio de bombardeamentos aéreos como tem vindo a ser denunciado pelo Gabinete de Washington para a América Latina (WOLA), uma organização ecuménica norte-americana de defesa dos direitos humanos.

A influência de Ronald Reagan em tais «progressos» tor-

Morreu Vladimir Bakaric

Vladimir Bakaric, vice-presidente da Presidência da República Federativa da Jugoslávia e membro da Presidência do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia morreu em Zagreb na madrugada do dia 16.

Vladimir Bakaric adere ao PCY em 1933. Em 1940 foi eleito membro do Comité Central do PC da Croácia. Participou activamente na guerra de libertação contra os nazis, tanto a nível político como militar.

De 1945 a 1954 ocupou a presidência do Governo da República Popular da

Croácia e, a partir de 1963, a presidência da Assembleia da RS da Croácia. Foi membro do Comité Central da LCY, secretário político do Comité Central da LC da Croácia, membro do Comité Executivo da LCY, membro do Comité Executivo da Presidência da Liga de Comunistas da Jugoslávia.

Foi eleito deputado da Assembleia Federal e da Assembleia da RS da Croácia durante todas as legislaturas após a guerra.